

outras. Da sua força collectiva é que ha de resultar a força de independencia e dignidade da nação.

Em todas ellas devemos pensar, quando damos o nosso voto para a constituição das auctoridades, desde as parochiaes até ás do estado. Esse voto decide de todas as liberdades publicas. Por isso deste logar exoro a todos os liberaes não só para que elejam com toda a consciencia, mas ainda para que nunca se abstenham de ir á urna. Entendo mesmo que a lei devia, como na Belgica, preceituar a obrigatoriedade do voto, que é a obrigatoriedade da liberdade, e tambem, como lá e em tantos cantões suissos, a proporcionalidade eleitoral, que é para que a ninguem fique pretexto de se abster, desalentado, por não ter comsigo a maioria.

E, se todas as liberdades são necessarias, e todas são solidarias, e dahi as graves difficuldades deste momento, repare-se que tambem por isso, em compensação, a victoria que alcançarmos para uma, ganhará logo terreno para as outras.

A reacção religiosa é tambem politica, e reciprocamente. Foi ella que sustentou no

throno o governo usurpador de D. Miguel, foi até mesmo a curia romana a unica côrte estrangeira que o reconheceu. Reciprocamente, quando foi que se auctorizaram os jesuitas, proscriptos de Portugal por Pomal, a cá voltarem! De 1828 a 1834. Quando, já depois de abolidas, estiveram para se introduzir de novo as congregações? Em 1848. E, ultimamente, sob que gabinete mais recresceram as tentativas reaccionarias, e a sua propaganda mais lavrou, chegando a arrolar, além das classes ricas e ociosas e da gente simples das aldeias, até numerosos membros das classes trabalhadoras das cidades? Foi sob o gabinete dictatorial de 1894. E o congresso dos prelados, celebrado em S. Vicente de Fóra, em Lisboa, abençoava os dictadores.

Ahi tẽem o jornalismo ultramontano: é ao mesmo tempo absolutista.

E, para comprovar como a reacção religiosa é ao mesmo tempo reacção economica, que opprime o trabalhador, bastará citar-lhes os dizimos, que o regimen liberal extinguiu: elles consumiam improductivamente 33 0/0 dos rendimentos da terra, e eram consumidos em grande parte pelo

clero regular. Todos sabem os impostos que, sob color de pedidos de esmolas e de empréstimos, Roma lança sôbre o paiz; e, enquanto nelle estanciarem as congregações, o seu aboletamento continuará a pesar esmagadoramente sôbre a economia nacional. Por isso, quando clericas e mesmo indiscretos liberaes nos falem das difficuldades economicas para nos affastarem da questão religiosa, respondamos-lhes: Já estamos tratando dellas!

As ordens religiosas atacam a um tempo a verdadeira religião, cujos primeiros vinculos devem ser os do amor da familia, porque prégam o voto de celibato; a cooperação economica, porque prégam o voto de pobreza; e o progresso politico da sociedade, porque prégam o voto de obediencia servil.

Digamo-lo bem claro aos nossos prelados, para que se desilludam: as ordens monasticas são a obediencia absoluta a Roma com desaire para todos nós. Aceitando-as, protegendo-as, elles vão irremediavelmente ferir a patria, portanto a si proprios, a sua dignidade tambem. Daqui, d'ao pé de Santa Cruz, onde jaz D. Affonso Henriques,

memoremos-lhes a lenda do bispo negro, que envolve o facto historico da violencia com que o nosso primeiro rei castigou o legado pontificio vindo a Coimbra para depôr o seu bispo. E não só a lenda e a historia antiga lhes podem servir de lição e escarmento; successos muito proximos falam eloquentemente a este respeito. Lembrem-se os bispos que reclamam agora as congregações religiosas, de que foram ellas que tramaram a guerra feita aos vigarios geraes seus antecessores de 1834 a 1839, desauthorizando-os até ao ponto de serem pela curia romana declarados nullos os sacramentos que ministrassem os parochos collados por elles. E não estará sequer viva no seu coração a dôr pelo desacato com que, já depois, até as irmãs da caridade se recusaram a subordinar-se á sua jurisdicção?

Mas, ainda quando as ordens monasticas não ultrajassem directamente a sua auctoridade prelatia, o episcopado portuguez não devia perfilhá-las. O ultramontanismo é um crime de lesa-patriotismo. Basta apontar um facto. Quem foi que nos ultimos tempos elle mais freneticamente agrediu entre nós?

Todos o sabem: foi o homem que mais se consubstanciou com a alma da nacionalidade portugêsa, o seu immortal historiador, Alexandre Herculano. Os prelados, advogando a causa das congregações, estão sem querer chamando sôbre o sólo da patria a invasão inimiga dum exercito estrangeiro que, por não trazer armas na mão, não é menos perigoso, porque combate, enfraquecendo-nos, exterminando-nos pela superstição.

Até nas colonias, onde muitos liberaes ha que as admittem, como se ellas fôsem necessarias á obra civilizadora das missões religiosas, até lá ellas nos estão depredando. Quem, nos ultimos annos, encetou a nossa expropriação e desprestigio colonial, antes da Inglaterra, da Allemanha e da França, foi Roma, a oligarchia reaccionaria, que nos cerceou o nosso padroado de Gôa, e nos arrancou o de Pekim, onde tinhamos sé e seminario a attestarem que, primeiro que ninguem, lá chegamos com o facho da civilização christã. Defraudou-nos em proveito das suas proprias missões de propaganda, e, para com o oiro das nossas conquistas, comprar as boas graças dos

que hoje são mais poderosos, — porque são mais livres —, do que nós. E quem senão o negro bando reaccionario ensina aos indigenas do nosso ultramar uma lingua que não é a nossa? Elles não empolgam só os nossos bens; dilaceram, sem piedade, os nossos mais entranhados affectos.

Querem os prelados portuguezes pôr-se em luta aberta com a liberdade, com a nossa independencia nacional? Não o espero do seu patriotismo. Mas, se, em vez de emanciparem as almas, como o missionario Barroso, actual bispo do Porto, no ultramar, se, em vez de reivindicarem os direitos historicos de Portugal á consideração da metropole catholica, como anno passado na propria Roma o bispo desta diocese de Coimbra, se, em vez disso, hastearerem na sua mão a bandeira da reacção, por maiores que sejam as suas virtudes e por maior que seja a veneração que lhes consagramos, nós, liberaes, não mais poderemos beijar-lhes essa mão. E nem consentiremos que se tente castigar os nossos filhos, porque se recusem tambem a beijá-la.

EX.^{mo} SR. *

Dois ideaes dividem a humanidade. Um é o ideal asceta dos que maceram o corpo e o espirito, temem e malsinam a sciencia, a industria e a arte, abdicam de toda a iniciativa, e, rompendo os laços da familia, dissolvem a sociedade. É o ideal claustral, cellular, dos que, sem um sorriso para nada, nem para ninguem, de cabellos cortados e vestidos de negro, rojando-se pelo chão, desprendidos de tudo, de si e dos seus, esperam expiar a culpa de haverem nascido e alcançar a salvação eterna além-tumulo, á fôrça de se mortificarem. Que louco sacrificio, ou antes que cruel egoismo! A esse ideal mystico, de fraqueza, de ruina, de miseria e de servidão, que espalha o panico pelas almas, temos de oppôr o ideal humano, de vida, de trabalho, de liberdade, de patriotismo e de franca e generosa cordialidade; e, para isso, é necessario lutar

* Circular.

sobretudo pela educação, especialmente da mulher, em cuja sensibilidade tão facilmente se enreda a superstição. Abram-se collegios, onde ella, deixando de correr o risco de ser victima da sua natural abnegação, aprenda que o verdadeiro sacrificio é o que a todos, por amor da nossa dignidade, da nossa gente, da justiça e do bem, nos cumpre fazer, ao serviço da civilização e do progresso, para implantarmos sobre a propria terra o reinado do Senhor. A Associação liberal de Coimbra, propondo-se fundar um destes collegios, tem a honra de solicitar o concurso de V. Ex.^a. Digne-se V. Ex.^a declarar no livro que lhe será conjunctamente apresentado pela Commissão especial, as pessoas de sua familia que deseje confiar-lhe. Os cursos, a principio só de ensino primario e secundario, serão opportunamente organizados, antes da abertura das aulas, segundo a idade e as habilitações dos candidatos. Ás aulas primarias admittir-se-hão tambem creanças do sexo masculino.

Mensagem *

A Associação liberal de Coimbra, além de celebrar com o maior lustre o festivo anniversario da entrada do exercito libertador nesta cidade no dia 8 de maio, honrar solemnemente em 26 do mesmo mez a memoria preclara ** do grande patriota Joaquim Antonio d'Aguiar, e saudar pela voz do seu presidente o auspicioso certamen da filial coimbrã da União dos atiradores civis portuguezes, identificou-se com o movimento da nação em prol da liberdade religiosa, instando com o governo pela prohibição do ensino aos membros das congregações, pela publicação dos nomes e destino do pessoal congreganista e pela criação e organização dos serviços de inspecção official do ensino, fez profissão publica de dois principios que devem ser base da nossa regeneração politica, a obrigatoriedade do voto, que envolve o principio do suffragio

* 20 de julho de 1891.

** Consagrou-lhe o auctor nesse dia uma conferencia.

universal, e a representação equitativa de todos os partidos proporcionalmente ao numero dos seus eleitores, fundou a Associação das creches, dotando logo a cidade alta com uma, que inaugurou no dia 8 de maio, está colligindo meios para subsidiar uma colonia de creanças pobres, de compleição debil, que vão nos proximos mezes retemperar-se com o ar e com os banhos do mar, promoveu, em sessões preparatorias de uma grande assembléa que ha de reunir-se em outubro, a formação de uma cooperativa operaria de consumo, a cujo cargo virá a ficar a sustentação de cozinhas economicas para as classes trabalhadoras, e não só inaugurou no dia 26 de maio cursos de instrucção de adultos, que proseguirão depois de ferias, e vai por estes dias collocar em varios estabelecimentos particulares caixas de esmolos ou mealheiros para socorro aos analfabetos, mas empenha os seus maiores esforços para constituir uma associação, em que as senhoras tomem principal parte, que, no principio do novo anno lectivo, possa abrir um collegio para a educação liberal do sexo feminino, contando, a demais, que para então começará

tambem a funcionar um curso de enfermeiras, de sua iniciativa. E não resumi ainda por completo a sua acção generosa. Acima de todas as obrigações, impunha-se-lhe a de ser uma verdadeira sociedade, digna do seu nome, pugnando corajosamente pela causa da honra e da segurança individual dos seus socios. Dessa obrigação teve que se desempenhar duas vezes, num processo disciplinar academico e num processo crime do fôro commum: de ambas ellas reclamou, como lhe cumpria, para os accusados o direito de serem julgados, com todas as garantias de justiça, pelos tribunaes legaes competentes, e não pelo arbitrio da auctoridade ou pela murmuração das ruas, porque tanto lhe repugna o despotismo do poder como o da multidão.

A Associação liberal de Coimbra deve estar contente de si; e eu, que tenho de me ausentar com demora, — declinando a sua presidencia, reconhecido, — faço votos sinceros por que ella continue fielmente, na mais perfeita cordialidade de cooperação entre os seus membros, sem jámais faltar a nenhum com a sua assistencia, a sua nobilissima campanha.

A liberdade e a igreja *

Às provocações dos reaccionarios os liberaes não pretendem responder com provocações. O liberalismo não persegue nenhuma religião. E' tolerante para com todas. Todas as crenças reune e protege sob a egide da liberdade. E' por isso indifferente em religião? Não! Tem sobretudo a religião do amor, do trabalho, da verdade, isto é, da propria liberdade, e, dentro desta, acceita todas as outras, comtanto que a não ataquem. Não é contra nenhuma, mas só contra os seus desmandos despoticos.

A igreja nasceu e cresceu com a liberdade. Em luta porfiada contra a opressão

* Conferencia no Atheneu Commercial de Braga, em 8 de março de 1902. Excerpto.

antiga, ella amparava os humildes, dando-lhes mesmo accesso no seu seio a todas as dignidades. Ella acudia pela independencia dos povos pequenos e fracos. Sob a sua protecção, o esforço dos fundadores da nossa nacionalidade vingou.

Assim cresceu e foi triumphando. A religião christã chega a ser o coroamento de toda a arte, architectura, esculptura e pintura, e toda a litteratura. As mesmas ordens militares que combatem pela cruz, arroteiam os maninhos. As corporações d'officios invocam os santos da igreja para patronos. E a sciencia faz-se tambem christã: é a escolastica. As Universidades e as bibliothecas são ecclesiasticas. A lingua universal é a da igreja, o latim. A propria igreja cria e protege uma confraria internacional de pedreiros livres, a franco-maçonaria, que leva por toda a parte a arte, a industria e a sciencia daquelles tempos, consagradas ao culto de Deus. E, com a arte, a industria e a sciencia, ella dispõe do governo religioso, economico e politico do mundo. Ella é o coração, o braço e a cabeça da civilização. A Europa christã constitue

mesmo um unico estado feudal, o da igreja. Os seus concilios são parlamentos, as leis são decretadas por ella. Ella é a justiça: reparte os bens e os reinos, sagra e desthrona os principes. O seu imperio estende-se a todos os continentes. E fômos nós que, pagando bizarramente a divida contrahida, levámos a hegemonia da cruz a toda a parte onde levámos com o nosso arrojo a bandeira da patria, e pelas nossas extraordinarias descobertas e conquistas contribuimos poderosamente para tornar catholica, universal, a igreja. A igreja assume sobretudo uma auctoridade irrecusavel, porque os grandes moralistas são seus. Ella povôa a terra de santos martyres. O catholicismo parece effectivamente uma instituição divina.

Mas a igreja, como todos os que possuem um dom superior, corria o risco de o julgar não relativo, imperfeito e progressivo, mas absoluto e intangivel, e de se julgar não simples depositaria, mas senhora delle. Ha dois modos de governar: o liberal e humano, dando-nos nós aos outros, sacrificando-nos por elles, e achando sempre pouco todo o bem que lhes fazemos, e o

despotico e deshumano, exigindo tudo dos outros, imaginando que só nós os podemos salvar, sacrificando-os ao nosso predomínio. E o governo da egreja foi successivamente mudando do bom para o mau modo.

Prégando a pureza de costumes contra a relaxação do tempo, a egreja foi até proclamar o celibato como estado de santidade, e começou logo assim a exercer o despotismo religioso, oprimindo o coração, abafando os sentimentos de familia. Só o seu amor é legitimo! Só ella póde amar e merece ser amada! Prégando o desinteresse e a caridade contra a venalidade e a cubiça reinantes, foi até proclamar a pobreza como estado de santidade, e passou assim a exercer tambem o despotismo economico, apodando d'expição o trabalho e condemnando como um peccado toda a empreza *profana*. Só os seus serviços são legitimos! Só a ella pertence toda a riqueza, que só ella é capaz de bem administrar! Prégando a humildade contra o orgulho, que confundia com os direitos da razão, foi até proclamar a obediencia passiva, a escravidão mental, a ignorancia, como estado de santidade, e chegou assim

a exercer ainda o despotismo politico, atacando a liberdade do pensamento. Só a sua opinião é legitima! A ella e só a ella cabe dictar dogmaticamente a verdade! Assim nasceram, com os votos servis, as congregações religiosas, primeiro o anachoretismo e cenobitismo, depois as ordens mendicantes, e por ultimo os jesuitas. E o clericalismo tornou-se o inimigo declarado da sociedade e da civilização.

Que resultou do despotismo da igreja? o seu proprio abatimento. A sciencia, a industria e a arte apartam-se della. Os povos e os governos reivindicam contra ella a sua autonomia. A lei seculariza-se. Rebenta mesmo o protesto da Reforma. A familia christã divide-se por lutas sanguinolentas. E quanto mais a igreja tenta submeter, comprimir o espirito humano para o unificar, mais se isola e vai perdendo as forças espirituaes e materiaes que em si concentrara.

E veja-se! Que dá a liberdade religiosa aos povos protestantes? O progresso. Que dá o despotismo religioso ás nações catholicas? Torquemada e os flagicios e as fogueiras da inquisição. E quaes são as

gentes mais christãs? As protestantes. E' até nellas que se abrem ainda as fontes da inspiração em canticos ao ideal christão. A poesia religiosa deixa a patria catholica de Dante e de Tasso pelas patrias protestantes de Milton e de Klopstock. E, no meio da indifferença, da desconfiança e da hostilidade crescente, a egreja só a custo encontra, e cada vez menos, onde recrutar os seus sacerdotes para a direcção das almas. São as consequencias desastrosas do seu despotismo, de que ella propria é victima tambem.

E' esse despotismo que cumpre denunciar e combater intransigentemente, sem treguas, porque não cessou. Se a egreja já não queima, ainda amaldiçoa, excommunga, anathematiza. Consente-nos ella porventura a liberdade dos nossos affectos? Podem os catholicos portuguezes ter sequer uma patria religiosa? Por todos os meios o clero romano tenta prevalecer sobre o clero nacional. Os prelados representam pelas congregações estrangeiras; e a cada passo ahi se desnacionaliza o seminario, o pulpito, o confessionario. E' sobre os nossos parochos, é sobre os nossos fieis,

que mais pésa logo o jugo ultramontano ; e por isso elles deviam ser tambem os primeiros a querer sacudi-lo, pugnando pela liberdade dentro da igreja.

Torne-se a igreja liberal no seu regimen tanto interno como externo. Faça por toda a parte, como entre os povos mais cultos e livres, a que não póde hoje impor-se, como na França, onde a moral christã do padre discute com a moral leiga de Buisson, como na Suissa, onde, nas parochias mais pobres, catholicos e protestantes celebram os officios no mesmo templo, como nos Estados-Unidos, onde o cardeal Gibbons preside a um congresso de religiões, e, perante as assembléas populares, o bispo catholico se alterna na mesma cathedra com o reitor d'Universidade livre pensador. Seja a igreja liberal, que só a liberdade a defenderá.

The first part of the book is devoted to a general introduction to the subject of the history of the world. The author discusses the various theories of the origin of life and the development of the human race. He also touches upon the different stages of civilization and the progress of science and art. The second part of the book is a detailed account of the history of the world from the beginning of time to the present day. It covers the various empires and nations that have risen and fallen, and the events that have shaped the course of human history. The author's style is clear and concise, and his arguments are well supported by facts and evidence. The book is a valuable work for anyone interested in the history of the world and the human race.

O despotismo economico *

Lembra que, pouco antes, tinham vindo ao Porto dois illustres estadistas, o sr. José Dias Ferreira, que se occupara da questão fazendaria, e o sr. Augusto Fuschini, que versara o ponto mais palpitante dessa questão, o regimen da nossa divida externa. Elle, orador, não podia acrescentar nada sobre os mesmos assumptos, tão proficientemente desenvolvidos. Mas uma questão ha que é dominante: qual a causa de todos os males financeiros diagnosticados, quaes os remedios a aplicar-lhes? Era o que ia examinar.

Todos os nossos males financeiros derivam dum, que é o maior de todos: a

* Conferencia no Gremio Commercial do Porto em 22 de março de 1902, segundo os extractos do *Commercio do Porto* e do *Jornal de Noticias*, revistos pelo auctor.

opressão economica que péza esmagadoramente sobre o paiz productor.

O despotismo, mesmo quando tão illustrado como o pombalino, nunca vinga frutos sazonados. Os povos nem o progresso querem que lhes imponham, e até ás vezes parece que preferem destrui-lo para em seguida o refazerem por si, pelo seu proprio esforço. Ainda o marquês de Pombal não tinha morrido, e já a sua obra formidanda, assombrosa, de reconstrucção nacional ameaçava ruina por todos os lados. E, dentro em pouco, o despotismo politico, que nas suas mãos tudo subjagara, era prêsa dos assaltos senhoriaes e clericaes, que de novo nos escravizavam ás insolencias dos estrangeiros.

Para nos redirmos foi necessario que a soberania popular acordasse no glorioso anno de 1820. Desde então, a luta liberal tem sido, a um tempo, religiosa, economica e politica.

Os nossos patriarchas do liberalismo atacaram a fundo muitos dos antigos privilegios, e a sua obra gigantesca de destruição ainda hoje maravilha e espanta a quantos imparcialmente a contemplam em toda a

sua grandeza. Mas não bastava derruir o passado despotico, corria-nos egualmente o imperioso dever de fundar sobre a liberdade um novo governo de vida, resuscitando para isso a arte, a industria e a sciencia patria, e, com ellas, o alto espirito collectivo da nação, quasi de todo extincto. A arte unir-nos-ia pelo acôrdo dos sentimentos e aspirações communs, a industria pela prestação dos serviços reciprocos, e a sciencia pela formação da razão social, da opinião publica. Tal tem sido a empreza do Portugal contemporaneo, cada dia mais ancioso d'avançar livremente pelos caminhos da civilização.

A restauração da arte, iniciou-a sobretudo Garrett, tendo a seu lado, a imprimir-lhe toda a uncção religiosa, Herculano, o epico adversario do clericalismo.

Fomentar a industria foi a grande preoccupação dos regeneradores de 1851, principalmente de Fontes. Mas Fontes, o intrepido propulsor dos melhoramentos materiaes entre nós pela construcção de vias de comunicação, soffreu a illusão de momento, de que pela livre troca entre os povos se diffundiria por toda

a parte a prosperidade economica. As estradas, os caminhos de ferro, os telegraphos são excellentes, sem dúvida, para a aproximação entre individuos e nações, mas é necessario regular pelos principios da justiça essa aproximação para que não redunde em luta perigosa. O livre cambismo, sob as apparencias falazes da liberdade, envolveu-nos numa guerra para que não estavamos de prompto apercebidos. Se, a principio, o franqueamento das relações internacionaes aproveitou á expansão das nossas forças productoras, em breve a invasão dos mercados nacionaes pelas forças superiores dos centros estrangeiros de producção não só impediu o florescimento de novas industrias entre nós, mas vibrou mesmo golpes mortaes em muitas das nossas antigas industrias. Nós não tinhamos sequer estendido para a permuta internacional a nossa rede de communicações, acrescentando ás vias terrestres as maritimas pela reconstituição da nossa marinha mercante. O estrangeiro, com quem não podiamos competir industrialmente, tornou-se não só o nosso vendedor, mas até o nosso comprador

soberano. O resultado foi que a producção cerealifera, que déra mesmo para exportar, veiu a ser insufficiente para acudir ás nossas necessidades d'alimentação; e os nossos generos d'exportação, ainda o principal, o vinho, não encontrando quasi intermediarios portuguezes, iam perdendo o dominio directo dos mercados de consumo, até o do Brazil, e ficando á mercê das casas importadoras estrangeiras. Chegou-se assim a um *deficit* economico igual ao dos dias mais dolorosos da invasão francesa. Dahi emprestimos sobre emprestimos. Pode dizer-se que, sob este regimen, com a industria d'obras publicas, em que principalmente se concentrara a actividade da nação, dirigida por estrangeiros, estrangeira já a propria moeda, não tardaria que em Portugal nada fôsse nacional, nada, a não ser o devedor.

Nesta situação tão precaria, qualquer forte abalo poria em risco a nossa vida economica. Produziu-o o conflicto de 1890 com a Inglaterra: muitos commerciantes tiveram de fazer liquidações ruinosas no estrangeiro, deu-se o *crack* dos bancos e companhias, comprometidos em maus

negocios, para não dizer peor, decretou-se a inconvertibilidade da nota e o estado abriu falencia.

O desastre fôra vaticinado. Nesta mesma cidade, Oliveira Martins, com Alberto Sampaio, Malheiro Dias e Pereira de Magalhães, haviam soltado o grito d'alarme em prol da nossa producção agricola e fabril, e Joaquim de Vasconcellos fizera a campanha pelas nossas tradicionaes industrias domesticas. E os seareiros do sul e os vinha-teiros do norte tinham reclamado com alvoroço.

A obra da nossa defesa economica fôra mesmo encetada. A regeneração não a descurara inteiramente: desde Fontes, a quem se devem os Institutos industriaes e commerciaes e o Instituto agricola, e que foi quem apresentou no parlamento a primeira proposta d'ensino secundario para a classe media, até Antonio Augusto d'Aguiar, que deu um tão poderoso impulso nas escholas profissionaes para o operariado. E, durante o governo progressista, com Braamcamp na presidencia do conselho, os ministros Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro, para obtem-

perar ás instancias da opinião, publicaram providencias de protecção economica, especialmente de protecção cerealifera e vinicola. Mas tudo fôra pouco para conjurar a crise.

Era indispensavel acelerar, com vigor e tenacidade, o fomento da producção, completando assim harmonicamente para a nossa autonomia e progresso economico o fomento da circulaçãõ, que fôra quasi o exclusivo pensamento governamental.

Ainda em meio da crise, Thomaz Ribeiro lançou os alicerces da nossa legislaçãõ socialista; o proprio Oliveira Martins pôde, extinctos em 1891 os tratados de commercio, acentuar internacionalmente o novo regimen, referendando as pautas proteccionistas de 1892; e, nesse mesmo anno, o ministro Pedro Victor da Costa Sequeira formulava preciosos dictames d'assistencia á agricultura e á industria. Assim se proclamou officialmente desde então o programma da nossa restauraçãõ economica pela solidariedade entre o capital e o trabalho e entre todas as industrias nacionaes.

Foi sobre este passado que se constituiu o gabinete de 1893, a que o orador per-

tenceu. Resumirá a obra governamental desse anno.

Antes de mais nada, fez-se a revisão orçamental, operando-se, principalmente pelo ministerio das obras publicas, profundas reduções de despesa. E logo se tratou, por um lado, do problema da nossa divida externa, que se resolvia honradamente, abrindo aos credores a esperança d'integral pagamento, e, por outro lado, e até para essa esperança não se malograr, do nosso problema economico, que tinha de ser resolvido pelo escrupuloso aproveitamento de todos os nossos recursos remanescentes.

Urgia consolidar a obra dispendiosissima, que tantos sacrificios importara, do fomento da circulação, que estava em risco de se desmantelar por culpa da nossa perdularia administração. Ordenou-se a reparação das estradas arruinadas; segurou-se a supremacia do estado no dominio publico dos caminhos de ferro; providenciou-se para o acabamento e a exploração do porto de Lisboa, e para as reparações das avarias dos portos de Leixões e do Funchal; adquiriram-se dragas para as barras d'Aveiro e da Figueira da Foz; dotou-se eficazmente

a construcção dos edificios dos pharoes, cujo material, comprado havia annos, jazia quasi ao abandono, continuando a nossa costa a ser infamada com o nome de costa negra da Europa; tentaram-se as primeiras experiencias para a ligação telephonica entre Lisboa e Porto e ligou-se de facto pelo cabo submarino o continente com os Açores; e decretou-se o serviço d'aviso das cheias e tempestades em beneficio das nossas populações ribeirinhas e maritimas.

Ao mesmo tempo, adeantava-se a obra do fomento da producção. Para se avaliar mais exactamente das forças economicas do paiz, procedeu-se a um ensaio cadastral e determinou-se a estatistica industrial e bancaria. Protegeu-se o trabalhador, organizando a inspecção industrial, limitando o trabalho dos menores e das mulheres nas fabricas, multiplicando e tornando pratico o ensino technico, cooperando na promulgação dos syndicatos agricolas, preparando a mais facil collocação e a melhor remuneração do operario pela regulamentação das bolsas de trabalho, e garantindo a validade dos contractos entre patrões e operarios pelo estabelecimento em Lisboa do primeiro tri-

bunal d'arbitros avindores. E protegeu-se especialmente a industria agricola, promovendo de modo pratico a colonização alemtejana, distribuindo pela primeira vez sementes seleccionadas de trigos, adubos e preparados cupricos; a industria vinicola, subsidiando a primeira adega social, em Vianna do Alentejo, orientando o fabrico e commercio dos nossos vinhos, e planejando a sua propaganda nos mercados estrangeiros; a sericicultura, munindo de todos os meios de trabalho e d'acção a estação official de Mirandella, e auxiliando a iniciativa particular na Guarda e em Coimbra; e a aquicultura, creando a primeira estação agricola em Villa do Conde.

E tudo isto se fez sem *deficit*, um verdadeiro escandalo para os nossos habitos governativos. E tudo isto se fez em dez mezes, de fevereiro a dezembro de 1893, liberalmente, descentralizadamente, impondo o cumprimento do dever a todos, e atendendo desveladamente á sorte dos humildes e pobres, um completo horror para as cubiças vorazes de dentro e de fóra do paiz. Os dois ministros responsaveis por tamanhos delictos, o sr. Augusto Fus-

chini e elle, orador, acusados de governar com principios, foram portanto sacrificados, proscriptos.

A conspiração que os derrubou, apodera-se de chofre do governo. Centraliza dictatorialmente todos os poderes nas mãos do chefe do estado, e, alimentando todos os egoismos e ameaçando todos os direitos, erige sobre o paiz o predominio clerical e financeiro. O governo chamado do engrandecimento do poder real foi sobretudo o governo do engrandecimento do poder da theocracia e da plutocracia, que desde 1886 a 1891 tinham vindo ganhando força e audacia para nos assoberbarem. Foi elle que, abençoado e condecorado pelos clericos; suspendeu o inquerito ás casas religiosas exigido pela opinião, que a morte de Sarah de Mattos sobresaltara pungentemente, infundindo-lhes alentos para tentarem uma grande mobilização de forças nos festejos antoninos. E foi elle que, conferindo constitucionalmente ao poder executivo o arbitrio para lançar e cobrar impostos independentemente do parlamento, introduzindo na camara dos deputados, com o titulo de representação das forças vivas do

paiz, elementos da agricultura, industria e commercio que não eram escolhidos pelas suas classes, e cujos interesses por isso não estavam identificados com os dellas, e dissolvendo as livres associações commercial, dos lojistas e industrial, de Lisboa para as substituir por uma oligarchia com o nome de camara de commercio e d'industria, se apartou radicalmente da massa trabalhadora, que devia ser o seu sustentaculo, ficando financeiramente escravizado aos magnates plutocratas que, reabrindo altiva e até insultuosamente todas as nossas questões financeiras, já derimidas, o forçaram a rasgar o decreto da reconstituição da Companhia real dos caminhos de ferro do norte e leste e a portaria do levantamento do deposito da Companhia dos caminhos de ferro do sul do Algarve, e a subscrever contractos tão leoninos como o do porto de Lisboa e liquidações onerosas como a do porto de Leixões. Eis as consequencias da dictadura. Nunca tivemos governo politico mais fraco do que esse governo de dictadores, que jactanciosamente se apellidava governo de força! E, — só para isso lhe servia a omnipotencia! — sob

o seu arbitrio, nenhuma transacção tinha seguro o dia d'amanhã.

Este despotismo triumphante ainda persiste. A' sua sombra se têm multiplicado os monopolios. E, agora mesmo, estamos ameaçados de mais um, o da cultura da vinha. Deviamos exultar com a abundancia do vinho, redobrando de propaganda para o aperfeiçoamento da sua fabricação e para a sua facil collocação no estrangeiro; e mal de nós, se os productores nacionaes se vão tornando cúmplices do despotismo reinante!

Para valer á nossa actividade economica, é absolutamente necessario dar-lhe um governo liberal!

O primeiro artigo desse governo foi enunciado pela Associação industrial portuense: a protecção pautal. Temos efectivamente d'organizar antes de mais nada a nossa defesa contra as invasões dos competidores externos.

Mas a pauta precisa corrigida, eliminando-se sobretudo della as taxas sobre os generos alimenticios, como o arroz, o bacalhau, o assucar, o assucar que é hoje um expoente de civilização, e em cujo consumo

nós. estamos abaixo de todas as outras nações civilizadas; precisa aditada com a taxa á navegação estrangeira, para protegermos sem mais perda de tempo a nossa marinha mercante, no intuito muito especialmente de conseguirmos communicações regulares com as colonias e com o Brazil; e precisa remodelada, para que á dupla pauta, continental e ultramarina, que só visa os interesses da metropole, se substitua uma federação aduaneira, que proteja por igual a metropole e as colonias, de modo a constituirmos um Portugal maior, em que se enlacem estreitamente com a familia portuguéza todos os povos confiados historicamente á nossa guarda e hegemonia. E ha de esta defesa não se volver para fóra em ataque a ninguem, mas, contendo em limites inoffensivos a importação estrangeira, permittir as concessões apropriadas á celebração de tratados do commercio que desafrontem nos mercados lá de fóra a corrente da nossa exportação; e ha de esta protecção beneficiar não só capitalistas, proprietarios dos campos e das fabricas, mas toda inteira a classe trabalhadora, diffundindo-se sobretudo pelos operarios e jornaleiros.

Proclamada assim a nossa autonomia perante a industria estrangeira, organize-se liberalmente a economia interna da nação : a do estado, tanto a do poder legislativo, reivindicando para o parlamento a votação annual do orçamento, como a do poder executivo, descentralizando os serviços publicos, nomeadamente os fiscaes, e conferindo toda a auctoridade, com toda a responsabilidade, ao funcionalismo, que deve reduzir-se ao seu numero imprescindivel, mas deve remunerar-se e dignificar-se justamente ; a das corporações territoriaes, restituindo-lhes as franquias perdidas, para que não continuem a ser, como hoje, meras succursaes do Terreiro do Paço, obrigadas a cobrar as receitas que lhes mandam votar, mas que não consentem sequer que ellas administrem ; a das associações de classe, abolindo a vexatoria auctorização prévia que hoje impende sobre a sua criação ; e ainda a da propria officina, introduzindo legislativamente a justiça nas relações entre o patrão e o operario.

Dentro desta organização, proceda-se á revisão equitativa dos nossos impostos,

extinguindo, como propoz o sr. Augusto Fuschini em 1893, os de consumo, contra os quaes protestaram ainda ultimamente no parlamento, com a eloquencia dos algarismos, os medicos Oliveira Monteiro, do Porto, e Moreira Junior, de Lisboa, acusando-os da decadencia physica do nosso povo; e opere-se um forte movimento de cooperativismo publico, supprimindo e socializando os monopolios, quer sejam monopolios industriaes, como o dos tabacos e o dos phosphoros, do estado, e tantos outros, dos municipios, quer sejam monopolios commerciaes, principalmente o da moeda fiduciaria, que, necessaria ás transacções, não deve degenerar em meio de enriquecimento dalguns privilegiados, para, por intermedio delles, o estado, quebrando-a e depreciando-a, lançar sobre a nação successivos impostos, que recaem em grande parte sobre o salario e portanto sobre o sustento dos pobres, mas deve, sim, não se limitando a uma função passiva, animar e amparar todas as iniciativas productoras, sobretudo as mais desvalidas, levando-lhes generosamente, embora com as prudentes garantias, a assistencia publica

do capital. Por isso, mesmo no actual regimen, o que urgia, era, ao contrario do que o governo propõe no projecto de contracto entre o estado e o banco de Portugal submettido ás cortes, reduzir o estado a sua divida ao banco para este ir queimando as notas excessivas, como fizeram o Brazil e a Espanha, e, desoprimido dos emprestimos publicos, ramificar pelo paiz as suas agencias em auxilio dos syndicatos agricolas e das associações industriaes de classe.

• E, com o producto dos impostos e dos rendimentos publicos, além do estado e dos municipios se irem resgatando fielmente das suas dividas, cuide-se zelosamente de prestar serviços de fomento, como, por exemplo, o da construcção dos ramos ferroviarios que tanta falta fazem ao norte e ao sul do paiz, e, aqui mesmo, o da transformação em porto commercial do porto d'abrigo de Leixões, e cuide-se amoravelmente da hygiene, da instrucção, e da independencia e elevação moral do trabalhador.

Não basta, porém, que os poderes publicos cumpram os seus deveres, cumpram-nos egualmente os particulares. E' fundamen-

tal. A' voz da imprensa, tão dignamente representada pelo *Commercio do Porto*, se estão construindo nesta cidade casas baratas para operarios. Prosiga-se no generoso empenho. E tome-se desde já o compromisso impreterivel de cooperar para uma lei, de justiça e piedade, de seguro contra os accidentes do trabalho, para que não mais, na partilha social entre o patrão e o operario, vão quasi todos os proventos e lucros para aquelle e quasi todos os riscos e damnos para este.

Hoje, os pobres, esquecidos e maltratados pelos ricos, desinteressam-se das reclamações das classes productoras. Mas, quando todos os membros dellas, unidos entre si pelo interesse commum do capital e do trabalho, se constituirem democraticamente, ellas possuirão uma força invencivel de governo, que ha de assegurar á nação a liberdade e a prosperidade economica.

Formas de governo *

Nada peor do que a ignorancia em que os membros duma nação estejam dos seus direitos e dos seus deveres. Nada mais necessario do que formar a opinião para que a opinião governe. Eis o alto intuito da educação civica. Em obediencia a esse intuito, é que determinou o tema para a inauguração da serie de conferencias promovidas este anno pelo Atheneu commercial de Lisboa, escolhendo entre todas as questões que podem interessar a esse tema, a que lhe pareceu de mais actualidade — a das fórmias de governo.

Não fala como falaria num comicio eleitoral, na praça publica. Falará didactica-

* Conferencia realizada no Atheneu Commercial de Lisboa, na noite de 31 d'outubro de 1903. Segundo o extracto de *O Mundo*.

mente, permittam-lhe o termo, como um professor, com imparcialidade, e, não dirá, sem paixão, mas com a paixão da verdade, da justiça e do patriotismo, como, ainda não ha muito, o grande historiador Mommsen, que, fazendo a critica do governo da sua nação, não duvidou opôr á condemnação fulminada pelo imperador contra o partido socialista o elogio do mesmo partido e do seu chefe, Bebel.

Uma lei sobreleva a todas na historia da humanidade: nenhuma instituição vive, se sustenta e radica senão pelo seu amor á liberdade. A historia da humanidade não é senão a historia da liberdade, que mais ainda do que a memoria dos heroes que a tornaram victoriosa, consagra sobretudo a dos seus martyres e das suas victimas.

Veja-se o mappa das nações. Quaes são as nações em que as instituições estão mais inabalaveis? São as nações que se têm consubstanciado com a liberdade: os Estados-Unidos na America do Norte, e a Suissa na Europa. Porque é que a Inglaterra é ainda um colosso monarchico? É, porque dentro della vão cabendo todas

as liberdades, como tẽem o Canadá, o Cabo. Dentro do imperio britannico cabe até a republica dos Estados-Unidos da Australia. A Austria conta com o lealismo monarchico dos povos, porque dentro da monarchia a Hungria vai conquistando todos os direitos de autonomia — até o de possuir um exercito proprio ella revindica actualmente —, e a Bohemia espera conseguir, como a Hungria, a sua autonomia parlamentar. Do mesmo modo, na Scandinavia, onde cada Estado vai sob a monarchia pugnando pela sua independencia até haver já conseguido cada um a sua independencia militar, e pretender mesmo agora uma representação consular e diplomatica propria. Ao mesmo tempo, na Allemanha, apesar do genio superior do imperador, a centralização militar vai levantando em ondas o partido republicano socialista. Quaes são as nações que se derruem e se esphacelam? São as que se tornaram incompativeis com a liberdade.

Esta lei applica-se rigorosamente até mesmo ás nações republicanas. Ahi está a França. As instituições republicanas ali sofreram o assalto de todas as reacções

conjuradas no nacionalismo, quando, afrontando os direitos do proletariado, mandavam acutillar os manifestantes do primeiro de maio. Como se tẽem salvado? Pelo programma socialista liberal de Waldeck Rousseau, que está sendo rigorosamente applicado pelo ministerio Combes.

E' que a nação não é só o estado. Ha muitas republicas a implantar, além da republica no estado. Por isso, quando se accusa o nosso povo de indifferente, é-se injusto para com elle, porque elle está lutando por outros direitos tão sagrados como os da representação parlamentar, a começar nos direitos de existencia. Desafoguem-no, deem-lhe liberdade, e elle irá intervindo cada vez mais directamente nos negocios publicos. Por isso tambem tantas vezes a culpa dos homens que se ligam a partidos e instituições condemnaveis, tem atenuante na obsessão em que elles estão de pugnar pelos direitos e interesses da sua corporação, da sua localidade, da sua classe.

A lei de que só vivem instituições liberaes, verifica-se na nossa historia contemporanea.

De 1852 a 1885, tivemos um periodo de liberdade e de paz. Foi um periodo de ascenção liberal. Aboliu-se a pena de morte, isto é, proclamou-se pela lei a liberdade de viver. E proclamou-se este direito em toda a sua elevação, dando a todos, até aos indigenas das nossas colonias, onde se acabou com a escravatura, o direito de viver espiritualmente, com uma personalidade moral. Ampliou-se a liberdade religiosa, tornando efectiva a liberdade de crenças pela decretação do registo civil. Ampliou-se a liberdade economica pela extinção dos morgados, pela abolição dos monopolios e pela criação legal das associações de socorros mutuos e cooperativas. Ampliaram-se as liberdades politicas pelo alargamento do sufragio e pela representação das minorias. Descentralizaram-se os municipios, deram-se as maximas franquias aos districtos, e até na constituição se implantou o principio liberal da eleição parcial da camara dos pares. Nesse periodo, que começou, ouvindo-se a voz do grande tribuno José Estevam, parece que resoaram até final os acentos do seu verbo eloquente.

Foi isento d'erros esse periodo? Não foi. Mas muito se deve absolver a esses grandes liberaes, porque a sua culpa esteve principalmente em acreditarem em excesso nas forças individuaes. Inspirando-se no liberalismo inglês, eram liberaes até ao individualismo. Dahi os erros economicos que cometeram, abraçando illusoriamente pelo prestigio da palavra o livre cambismo, que era a luta do nosso productor, ainda fraco, sem instrucção, sem bem estar, contra o productor estrangeiro, principalmente inglês, já vigorosamente apercebido para essa luta. E foram tão tolerantes, que muitas vezes a sua tolerancia se converteu em relaxação.

Esse periodo fecha com a morte de Sampaio, Braamcamp e Fontes. Já nos seus ultimos tempos, como que se annunciava uma reacção; e é lastima que, tendo começado pela abolição da pena de morte, acabasse pelo restabelecimento della para os crimes militares. Por isso é no fim deste periodo que entra a avultar o partido republicano.

De 1886 até hoje, sopra um vento imperialista. A inspiração, em vez de vir da

Inglaterra liberal, vem da Allemanha cesa-rista. O partido progressista faz a centralização dos serviços materiaes. Segue-se o partido regenerador no poder, e faz a centralização dos serviços espirituaes na instrucção, e, depois, dissolve as associações, rasga as regalias municipaes, quasi extingue os districtos, acaba com a representação das minorias, legisla dictatorialmente e faz até mesmo dictadura constitucional. E, por fim, para que toda esta centralização não suscite uma revolta violenta, faz a lei sobre o anarchismo, que é uma ameaça suspensa sobre todos os liberaes.

A consequencia de tudo isto foi o engrandecimento do poder real, que, contra a constituição, se proclamava? Não. Se o partido repulicano propriamente se não desenvolveu, a ideia republicana alastrou-se por toda a parte. A consequencia foi a dissolução dos partidos e a anarchia da nação.

A prova da dissolução dos partidos está, não é preciso mais, em que elles fizeram como os exercitos em derrota, que fusilam os seus generaes: exautoraram os illustres

caudilhos que tinham sido os principaes fautores da centralização — o partido progressista, os srs. Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro; o partido regenerador, os srs. João Franco e João Arroio — .

A anarchia da nação demonstra-se, dentro della, pelo desencadeamento das forças dissolventes do caciquismo, da plutocracia e agiotagem e do clericalismo; e, fóra, as mesmas consequencias dolorosas se seguiram a uma e outra dictadura progressista e regeneradora. Após a dictadura progressista, o *ultimatum*, a bancarrota com as negociações para o primeiro convenio, e a invasão congreganista sobresaltando os animos com o caso da irmã Collecta. Após a dictadura regeneradora, Kionga, o convenio definitivo, e, para ser em tudo rigoroso este parallelismo, de novo o fanatismo congreganista irrompe com o caso Calmon.

Donde nos ha de vir a salvação? Como arcar com a anarchia e vencê-la? Será a monarchia capaz de o fazer? Como? Promovendo a reconstituição liberal dos antigos partidos? Com quem? Com os seus actuaes chefes, os srs. José Luciano e Hintze Ribeiro? São bem dignos disso, mas ambos

já o tentaram e a experiencia está feita. O sr. Hintze Ribeiro organizou neste sentido a situação liberal de 1893, a que, com Augusto Fuschini, esse homem de bem e illustre estadista, pertenceu elle, orador. Todos sabem o que aconteceu. Tiveram ambos de sair vencidos, rendendo-se o sr. Hintze Ribeiro ás forças reaccionarias que conspiravam contra essa situação. O sr. José Luciano tentou o movimento oposicionista contra a dictadura, associando na opposição o partido republicano, como no governo o acaba de associar em Italia o sr. Zanardelli; mas, quando voltou dos comicios com as representações populares, teve de dependurar por inutil a espada liberal, esperando por melhores tempos. A oportunidade chegou um dia, e elle briosamente apresentou ás camaras a sua reforma da constituição num sentido liberal. Mas, quando essa reforma estava para ser votada, caiu o ministerio...

Se não é possivel a reconstituição liberal dos partidos pelos seus proprios chefes actuaes, sê-lo-á pelos seus caudilhos dissidentes — pelo sr. João Franco no partido regenerador, quem sabe se, amanhã no

partido progressista, pelo sr. José Maria de Alpoim, que, como o sr. João Franco, possui notaveis qualidades e um grande poder de atracção pessoal? A experiencia está tambem feita. Logo que o sr. João Franco a tentou, conjuraram-se contra elle os antigos partidos numa guerra de exterminio, como que parecendo obedecer a um *mot d'ordre*, porque faz justiça aos srs. José Luciano e Hintze Ribeiro, e quer crer que estes veteranos das lides parlamentares não receassem, antes estimariam terçar armas e medir galhardias com o chefe do novo partido.

Se não é possivel a reconstituição dos partidos, será possivel a formação liberal dum novo partido sob os auspicios da monarchia? Quem o constituiria? Os nomes andam na bôca de todos: o sr. José Dias Ferreira, o sr. visconde de Chancelheiros, o sr. dr. Costa Lobo, o sr. Augusto Fuschini, o sr. Anselmo de Andrade, o sr. Augusto Castilho. Mas já viu alguém que a monarchia procurasse rodear-se destes homens de incontestavel merito? Foram sequer chamados ás suas festas, que são festas officiaes e não particulares? Ainda outro dia, por

ocasião da visita de Eduardo VII, o sr. José Dias Ferreira, que fôra presidente do conselho de ministros, sentava-se á mesa do rei de Inglaterra, que deu assim nessa occasião com o seu convite um exemplo, que era ao mesmo tempo uma lição de bom governo constitucional. E, para não falar individualmente de mais ninguem, basta perguntar que apoio deu a monarchia ao bravo militar Augusto Castilho, quando elle era sujeito a um conselho de guerra por ter honrado o nome portuguez, cobrindo com a nossa bandeira os vencidos das lutas civis do Brazil. Não pódem, pois, esses homens, não póde ninguem contar que elles encontrem na monarchia o apoio necessario para a organização efficaz dum novo partido.

Mas entenderá a monarchia que a salvação não póde vir assim, que as classes dirigentes, que a burguezia está profundamente contaminada e que é preciso governar por cima della e contra ella? Foi esse o sonho de socialismo de estado de Oliveira Martins e talvez de militarismo democratico de Mousinho de Albuquerque. A monarchia teve-os ao seu lado. Um não seria um estadista como Bismark, e o outro não seria

um estrategico como Moltke. Mas Oliveira Martins podia bem ser o continuador de Mousinho da Silveira, e Mousinho de Albuquerque era da raça dos Saldanhas e dos Terceiras, para não dizer antes que era da raça dos Mousinhos. A monarchia aproveitou-os? Oliveira Martins morria politicamente poucos menses depois de ser elevado a ministro. Mousinho de Albuquerque não chegou mesmo aos conselhos da corôa, e, como se tivesse desesperado da sua proficuidade, suicidou-se. E a monarchia tinha para a realização deste programma, além destes homens, a voz mais eloquente dos nossos dias, Antonio Candido, o successor de José Estevam, que saberia conquistar para elle as sympathias das massas, e, para captar as sympathias internacionaes, um diplomata, o marquês de Soveral, que, pela sua gentileza de maneiras e pelo encanto do seu espirito, é bem do estofo dos Palmellas. Aproveitou-os? Antonio Candido, como que desenganado, emudeceu. O marquês de Soveral não pôde fazer mais do que converter a opressão inglêsa insolente de Salisbury no protectorado delicado, cortês, quasi affectuoso, de Eduardo VII.

|| E note-se que este programma de socialismo cesarista, que podia talvez vingar, começado com Oliveira Martins e continuado sob a impressão das gloriosas victorias africanas, já no tempo de Mousinho de Albuquerque era tarde de mais para se iniciar. Tomou parte nas ovações que por esse paiz as multidões acorriam a fazer ao heroe de Chaimite, que, quando lhe entoavam vivas, respondia sempre com vivas a el-rei; e viu-o regressar á capital, retirando-se as multidões do seu caminho, quasi despopularizado. Assim elle se sacrificara á sua devoção monarchica. O que não fez Mousinho, não pode decerto ousar ninguem mais.

Hoje as massas ainda se apartam mais da monarchia, porque, como tudo se concentrou no poder real, todas as responsabilidades, com fundamento ou sem elle, lhe imputam: o protectorado inglês é para salvaguarda da monarchia; a ruina financeira do paiz é a confusão dos dois erarios; e até o jesuitismo, se não se imputa ao rei, imputa-se ao paço.

Não é licito, pois, esperar a salvação dentro da monarchia. Não é possível. Por

maior que seja a cultura do chefe de estado, por maior que seja o seu brio e coragem, o empreendimento não é para as forças de nenhum individuo só. Só lhe pode meter hombros a massa inteira da nação, o seu valoroso povo, as suas classes trabalhadoras.

Ha quem objecte que a monarchia está identificadã com a independencia da patria. Como se, sem ella, a nação não pudesse viver! Não. A nação foi de facto sempre monarchica; mas, infelizmente, a monarchia foi a monarchia usurpadora dos Filipes, foi o governo napoleonico de Junot e foi o governo de Beresford sob Jorge IV. Não. Efectivamente a monarchia tem um logar soberano no começo da nossa historia, mas gradualmente quem o vai tomando cada vez mais para si é o povo.

E as nossas alianças? Sem as discutir por agora, limitar-se-á a apontar a aliança entre a França republicana e a Russia absolutista, o tratado de arbitragem celebrado ultimamente entre a propria Inglaterra, nossa alliada, e a França republicana. Não. O tempo da santa aliança passou,

e hoje já não são dos reis as alianças, mas dos povos.

O que é indispensavel, é organizar as forças vivas da nação portugûesa. Organize-as o partido republicano e a nação salvar-se-á!

E' preciso que o partido republicano, continuando a ser um partido de opposição, faça mais do que o ataque, do que a demolição, que já está feita. Transforme-se num partido de governo. Se não puder tentar a eleição parlamentar, faça por vingar a municipal; se nem no governo do municipio puder intervir, faça por intervir no da parochia. Não deixe ao abandono nenhum posto, por minimo que seja, que possa occupar. Faça sobretudo por amparar todas as justas revindicações dos pobres, dos humildes. Seja um partido republicano profundamente socialista. Quando os republicanos, por toda esta sua campanha, se mostrarem homens de governo, tenham como certo que a republica estará feita em Portugal, como se fez no Brazil, como aconteceu na França em 1871, onde a assembléa legislativa, com uma maioria de monarchicos, elegia para seu pre-

sidente o republicano Grévy e para chefe do estado um monarchico convertido á republica, Thiers.

E até esse momento, se a monarchia não é impenitente, o partido republicano, embora isto pareça um paradoxo, ter-lhe-á acordado os sentimentos liberaes, satisfazendo assim as esperanças de tantos homens de bem que ainda confiam nos serviços della ao paiz, e contribuindo para que ella, novamente congraçada com a liberdade, ao soar a hora de desaparecer, morra com honra e dignidade.

Governo e ensino *

Ao ver comprometido o presente, alguns espiritos que se preocupam sinceramente com a sorte do paiz e procuram remedio para os nossos males, clamam, num apêlo para o futuro: — escolas! Será possível dentro do regimen a salvação do país pelo ensino?

Innegavelmente a influencia do ensino no destino dos povos é importantissima. Governo e ensino são solidarios: o bom ensino não é menos eficaz do que o bom governo para a prosperidade da nação. Atestam-no exemplos, tanto da historia patria como de estranhos.

Logo após a fundação da nossa nacionalidade, funda-se a Universidade. E, apesar

* Conferencia realizada em Lisboa na Academia dos Estudos livres, na noite de 21 de novembro de 1903. Segundo o extracto de *O Mundo*.

de vacillantes uma e outra nos seus primeiros passos, é já da Universidade que sai a completar a sua educação juridica em Bolonha o grande causidico da nossa independencia, João das Regras. Vencedores em Aljubarrota, surge-nos a figura patriótica do infante D. Henrique, que a um tempo impulsa os estudos mathematicos e as nossas navegações e descobrimentos. A escola de Sagres é uma escola naval pratica, ao lado da nossa Universidade. E tanto neste periodo heroico das nossas glorias o ensino serve o progresso nacional, que, ainda ao terminar, elle se personifica em Pedro Nunes, o grande cosmographo, professor da nossa Universidade, e D. João de Castro, o grande navegador e capitão, seu discipulo. Decaem os estudos em Portugal e decaimos até á perda da nossa independencia; mas bastou que do humanismo universitario ficasse o poema immortal de Camões, *Os Lusíadas*, para que esse compendio glorioso de patriotismo electrizasse os animos para a obra da restauração. Recobrada a independencia, o ensino vai sendo uma preocupação do estado, até que, com Pombal, que de

todas as opressões parecia querer libertar a nossa terra, submetendo-a transitoriamente a uma só, a do absolutismo politico, o ensino adquiriu uma tal força de emancipação, que tomou por divisa esta sentença dos novos estatutos da Universidade: « A razão é a alma da lei. » E é da Universidade reformada, da sua brilhante escola juridica, que saem as legiões constituintes do nosso exercito libertador, entre cujas fileiras se batem valorosamente os juvenis batalhões academicos. A nossa historia, póde, pois, dizer-se, é a historia do ensino em Portugal.

O mesmo nas nações estrangeiras. A grandeza material e moral dos Estados Unidos e da Suissa assenta firmemente na larga base duma solida educação nacional. O exemplo da Allemanha, tantas vezes citado, é na verdade empolgante. Depois do desastre de Iena e da paz de Tilsitt, a Prussia, esquarterjada, parecia não ter vida para muito tempo. Mas ouve-se a voz do philosopho Fichte nos seus discursos á nação allemã, chamando-a ao cumprimento dos seus deveres educativos; a sua palavra resôa em todos os corações, e, do alto do

throno, a rainha Luiza, tão desditosa como sympathica, presta todo o seu concurso a esta campanha patriotica. Cria-se a Universidade de Berlim, como um centro potente de idéas e de civismo, e como consequencia, de victoria em victoria, a Prussia conquista a hegemonia da Allemanha, e torna-se, finalmente, na grande potencia continental e colonial que a todos hoje causa admiração.

Não são menos eloquentes tambem os exemplos das duas outras grandes nações europeias, a França e a Inglaterra. Como é que a Republica francêsa se levanta do grande desastre de Sédan? Sangrando ainda, faz todos os sacrificios para o fortalecimento do ensino. Legisla um ensino primario leigo, gratuito e obrigatorio; cria os lyceus femininos; dá maior autonomia ás suas Universidades; e das bancadas escolares saem as novas gerações, que vão tornando cada vez mais forte e respeitada a França, aliada hoje dum grande imperio, requestada por todas as outras nações, novamente grande potencia colonial com largo dominio na Africa e na Asia. E é tal a importancia que ali se liga ao ensino,

que agora mesmo é neste terreno que a França republicana tenta descarregar os ultimos golpes na mais antiga e na mais perigosa de todas as reacções, a reacção clerical.

A exposição internacional de Londres em 1851 marca para a Inglaterra uma epoca memoravel. O principe Alberto, marido da rainha Victoria, propugna em todas as occasões solemnes a causa do ensino. Spencer escreve os magnificos capitulos da sua tão suggestiva obra de educação physica, intellectual e moral. Decreta-se o ensino primario obrigatorio, chamando a intervir na sua administração toda a gente — homens e mulheres. Desenvolvem-se todos os ramos de ensino colonial. E a Inglaterra vai ao mesmo tempo percorrendo esse periodo victoriano de grande prosperidade, em que augmenta ainda o seu colossal poderio e procura finalmente estreitar os laços do seu enorme imperio, transformando-se duma federação de estados num estado federal.

E, na larga expansão mundial, que é o empenho commum destas tres poderosas nações — a Inglaterra, a Allemanha e a

França — quem são as suas figuras representativas?

Na Allemanha, o imperador Guilherme, que, ao mesmo tempo que promove o incessante incremento da marinha mercante e de guerra allemã, toma sempre uma posição decisiva na vanguarda de todas as innovações pedagogicas. Em França, Julio Ferry, o ministro do protectorado de Tunis e da annexação do Tonkin, é ao mesmo tempo o ministro reformador da instrucção publica. Em Inglaterra, sob o ministerio de Chamberlain, celebra-se tanto o congresso dos primeiros ministros coloniaes como o congresso interbritannico das Universidades da metropole e das colonias.

Assim se enlaçam intimamente, por toda a parte, o ensino e o governo da nação.

Poderemos, pois, nós contar com a acção salvadora do ensino dentro do actual regimen?

Não perguntará onde está entre nós uma rainha Luisa, porque para o seu respeito basta ver a rainha de Portugal á frente da cruzada em favor da assistencia ás creanças doentes e aos tuberculosos.

Mas julga-se no direito de perguntar se temos entre nós um Guilherme II, da Allemanha, ou um principe Alberto, da Inglaterra.

O rei de Portugal cultiva com distincção as sciencias e as artes; interessa-se pela lavoira da sua casa; dá mesmo a benefica lição, tão necessaria, do enrijamento physico pelo exercicio dos deportos; zela a educação de seus filhos, que confia a excellentes professores; e subsidia do seu bolso alumnos das diversas escolas do paiz. Exemplifica assim, nobremente, as virtudes do homem particular.

Mas o funcionario, o homem publico, o primeiro magistrado da nação eguala o homem particular? Que serviços presta á causa do ensino? E esta pergunta tem tanto mais razão de ser, quanto se sabe que todos os poderes se concentraram nas mãos do chefe do Estado. Mas vejam ao que chegou o nosso constitucionalismo! Deu-se toda a força á prerogativa régia, não para ella fazer o bem, mas para consentir e auctorizar todos os desmandos!

Tivemos, senão um Guilherme II, um principe Alberto no discipulo querido de

Herculano, em D. Pedro V, que precisamente pelo modelo moral daquelle seu parente se compunha e como elle se devotou ao progresso do ensino entre nós. Mas esses tempos eram outros.

O acto adicional de 1851 effectuou uma transacção entre a carta constitucional outorgada pelo rei e a constituição espontaneamente jurada pela nação. Nelle por isso vinha encerrada uma interrogação: se se caminharia para a carta outorgada, isto é, para o arbitrio real, ou para a constituição livremente jurada, isto é, para a emancipação popular. Os estadistas de 1851 a 1885 seguem o caminho das liberdades publicas; e, para as cimentar, fundam escolas, institutos, museus, organizam a direcção geral de instrucção publica, e, pela voz de Sampaio, chamam a si, liberalmente, o concurso de todas as corporações. E não só ellas, mas ainda as iniciativas particulares, respondem ao seu chamamento, destacando-se, entre estas, a de D. Pedro V, criador do Curso superior de letras, e a do benemerito conde de Ferreira, magnanimo bemfeitor da escola primaria. Viu-se então mesmo, ainda que

por momentos, no fastigio do ensino, a figura, hoje veneranda, do amavel propagandista da educação popular, D. Antonio da Costa. A corrente dos melhoramentos do ensino tornara-se tão poderosa nesse periodo, que ella ainda se prolonga algum tempo pelo periodo seguinte, em que as corporações administrativas continuam a corresponder á confiança publica que nellas havia sido depositada, em que no primeiro gabinete progressista, pelo ministerio das obras publicas, se dá um vigorosissimo impulso ao ensino profissional, e em que, já em 1890, para obedecer á opinião excitada, se criou o ministerio da instrucção publica, como que em desforço ao repto do *ultimatum* inglês.

Mas a centralização tudo ia destruindo e anarchizando. E chegámos a esta situação: o analphabetismo alastra-se pelo país, fecham-se as escolas, e mesmo na capital vende-se o terreno cujo destino devia ser sagrado, porque era o legado dum filho da cidade á sua instrucção; descursa-se inteiramente a educação da classe média, que não tem escolas onde preparar-se; e continua-se com uma só Universidade, como

no principio da nacionalidade, quando a Suissa, tres vezes menor no territorio e com uma população que pouco excede tres milhões de habitantes, possui sete Universidades, todas numerosamente frequentadas, sendo o resultado da insuficiencia do ensino para as classes dirigentes, que a sua ignorancia ainda em geral é maior do que a das classes trabalhadoras analphabetas. E fez-se peor do que destruir o ensino: desacreditou-se. Tudo se tornou suspeito á opinião. Por mais respeitavel que seja individualmente cada um dos membros dos jurys, não ha concurso de professores, não ha exame de livros, que se não malsine. Em tudo se pretende ver um escandalo. A tal ponto que, em vez de se clamar — escolas! sente-se mas é por vezes a necessidade de gritar — abaixo as escolas!

Esta ruina, este descredito do ensino dar-se-á por falta de quem, dentro d'elle, o ampare e o nobilite? Não. Mas todos os esforços dos seus melhores professores são improficuos.

E' que não ha só a influencia do ensino sobre o governo; ha tambem a reciproca,

a influencia do governo sobre o ensino. E o mau governo não póde dar senão o mau ensino.

Citou monarchias onde o ensino prospera. Mas é que ha a monarchia patriota, que promove todos os progressos, e que, no dia em que pela força das coisas desaparecer, deixará de si memoria honrada e grata; é assim a monarchia inglêsa, onde até o prestigio da sua scenografia arcaica parece destinado a dar maior realce á majestade da lei, que assegura todas as liberdades. E ha a monarchia symbolo de todos os egoismos, que vai abrindo a cova onde se sepultará a nação, mas primeiro se enterrará a si propria dentro della; é a monarchia do arbitrio, da dictadura, da centralização, é o regimen em que ninguem cumpre as leis, desde o rei, que viola as leis constitucionaes, até ao regedor de parochia, que não conhece nenhuma.

Sob este regimen do arbitrio, não póde de certo viver o ensino. A questão do ensino é essencialmente uma questão de liberdade.

Os que esperam salvar a nação pelo ensino, que pretendem?

Querem escolas, isto é, que a nação tenha uma sciencia, uma arte, uma industria sua, original e independente, portuguéza? Mas o regimen vive contente e festivamente sob a tutella estrangeira.

Querem que não só o estado, mas todas as corporações, contribuam para o engrandecimento escolar? Mas isso é a descentralização territorial, e o regimen tem suprimido quasi todas as franquias locaes.

Querem um ministerio autonomo para a instrucção e um conselho superior de instrucção e conselhos escolares electivos? Mas é a organização liberal das repartições do estado, e o regimen centraliza todos os serviços. Para tudo, até para os negocios do ultramar, é necessario recorrer ás secretarias do Terreiro do Paço e nestas aos ministros.

Querem professores competentes que desempenhem cabalmente o seu magisterio? E' querer, para todos os que têm merito, o direito, a liberdade de serem escolhidos para os logares publicos; é querer para o empregado a liberdade no desempenho das suas funcções. Mas o regimen é o regimen do nepotismo. E, se o funcionario não é

inamovível, está sujeito ás transferencias, ás demissões; e ainda o inamovível acha-se na colisão, ou de não cumprir bem os seus deveres profissionaes, se não quizer ser cúmplice dos maus governos, porque então todos os meios de acção lhe recusam, ou, para os obter, de não cumprir intransigentemente os seus deveres publicos.

Querem alumnos para as escolas? Mas para isso é preciso haver liberdade de as frequentar; é preciso distribuir socorros pelas familias das creanças pobres; são precisas todas as liberdades economicas que o socialismo reclama. E o regimen não se importa com isso: extinguiu as commissões municipaes de beneficencia e ensino, e centralizou tudo, até a beneficencia! Não temos ainda uma lei de descanço semanal para que as classes trabalhadoras, ao menos uma vez por semana, frequentem a escola; não se executa o regulamento do trabalho dos menores; ha horas demais de trabalho na officina e de estudo nas aulas; e não se cuida de desafogar a vida do operario, para que elle mande os seus filhos á escola, assegurando-o contra a miseria, pelo menos nos dias de crise de trabalho e nos de

invalidez e da velhice. Pelo contrario, vive-se em grande parte da espoliação do trabalhador.

Querem ensino, o verdadeiro ensino, que dê não só a instrucção, mas tambem a educação? Mas esse é o ensino liberal, e como ha de querê-lo um regimen de arbitrio?

Logo, com as actuaes instituições, que esperanças póde haver de regeneração pela virtude do ensino?

Assuma o partido republicano os seus deveres para com as novas gerações. E aponta-lhe para exemplo José Elias Garcia, que sempre serviu desinteressadamente o ensino, no parlamento, no pelouro da instrucção de Lisboa e na imprensa, onde teve por companheiro o santo medico José da Cunha Castello Branco Saraiva, seu querido amigo, cuja morte pranteiam ainda muitos pobres da população desta cidade.

Os actuaes partidos politicos *

A prova de que a victoria da liberdade é inelutavel, é que até a reacção, para a combater, precisa de falar a linguagem da liberdade. A' opressão eleitoral chama liberdade politica; á opressão do trabalhador chama livre concorrência, liberdade economica; e á opressão clerical, aos votos monacaes, chama liberdade religiosa.

E esta confusão não deixa de ser perturbante. Arrastados por ella, vemos liberaes desertarem para o campo do absolutismo, e reciprocamente reaccionarios invadirem o campo liberal. Todo o discrimen, pois, é necessario. Vem por isso serenamente, como educador, como o poderia fazer numa

* Conferencia realizada no Salão da Porta do Sol, do Porto, na noite de 23 de janeiro de 1904, segundo o extracto de *O Commercio do Porto*, *O Norte*, *O Primeiro de Janeiro* e *A Voz Publica*.

aula de direito publico, falar dos nossos actuaes partidos de governo, para apontar onde está a liberdade e onde os seus inimigos, que não se resumem, como disse um grande patriota, no clericalismo, mas são tambem, com a theocracia, a plutocracia e o cesarismo, são todos os usurpadores do poder, quer dizer, todas as reacções, religiosa, economica e politica. Ver-se-á quanto esses inimigos estão fortificados, e como precisamos, todos os liberaes, de andar bem vigilantes e apercebidos, não só para os desalojarmos das posições conquistadas, mas ainda para repelirmos a escalada que elles tentam contra os baluartes que nos restam e tantos sacrificios nos custaram.

Os partidos de governo definem-se pelo seu conceito da constituição da nação. Constituição liberal: partido liberal; constituição arbitraria: partido reaccionario. Porque o arbitrio pôde ser um momento a liberdade, mas sempre se converte afinal no absolutismo.

No periodo da nossa iniciação liberal e atravez das lutas por vezes tão cruentas que ella custou, os heroicos emancipado-

res da nação que, ao impulso da gloriosa conspiração do synhedrio portuense, vingaram a revolução de 24 de agosto de 1820, fizeram a sua constituição quasi republicana de 1822; os constitucionaes da campanha da Terceira, do cerco do Porto, de Almoester e da Asseiceira, tiveram a carta outorgada de 1826, que foi, ao arbitrio do imperante, a liberdade com D. Pedro IV e a opressão com D. Maria II; e, em opposição á carta outorgada, Passos Manuel e os setembristas fizeram a democratica constituição de 1838, decretada pela vontade da nação. No segundo periodo da nossa vida constitucional, que ainda abre com José Estevam e que se fecha pouco depois da morte de Sampaio, periodo que inaugura entre nós o parlamentarismo, os regeneradores fizeram os actos adicionaes de 1852 e de 1885, que são já verdadeiros pactos constitucionaes, e, no intervallo, historicos, reformistas, constituintes, republicanos, apresentam os seus projectos, em progressão avançada, de reforma constitucional.

Desde então o nosso systema representativo faz crise. E' a crise do sombrio periodo que atravessamos.

Ainda tres partidos intentam proseguir na ascenção liberal: são o partido da Esquerda dynastica, o partido das Ligas nacionaes e o partido da Liga liberal, cada um dos quaes tem, pelas suas palavras ou pela significação dos seus homens, o seu plano constituinte radical. Mas essas tentativas malogram-se; e, com o ministerio de 1893, a que teve a honra de pertencer com Augusto Fuschini, que ali está presente, perde-se toda a esperança de conciliação entre a monarchia e a democracia.

O partido chamado do engrandecimento do poder real, constituido principalmente pelos ramos mais atrevidos do partido progressista e do partido regenerador, acaudilhados pelo sr. João Franco e pelo fallecido Carlos Lobo d'Avila, decreta em ditadura o acto adicional de 1895, jurado pelas côrtes em 1896, que deveremos antes denominar acto subtractivo, porque restabelece de novo a carta outorgada de 1826; e o antigo partido regenerador, rasgadas as suas nobres tradições de 1852 a 1885, colabora nelle; e o partido progressista, que principia briosamente por protestar contra elle, acaba por se lhe submeter.

Dois partidos novos appareceram, que pretendem ser governo, o partido regenerador-liberal e o partido nacionalista *não menos liberal*: ambos o reconhecem.

Todos os partidos monarchicos actuaes, portanto, proclamam como lei suprema da nação o acto de 1896, isto é, a carta outorgada de 1826, isto é o arbitrio. Necessitamos, pois, de saber o que nos trouxe já e o que nos trará amanhã o arbitrio que nos rege, se a dictadura liberal de D. Pedro IV, se a dictadura opressiva de D. Maria II, senão ainda peor, a de D. Miguel. Recuamos até 1826, ou voltaremos mesmo até aos tres estados, aos ominosos tempos anteriores á implantação das instituições liberaes, perdendo cem annos quasi de vida constitucional?

Desde 1820 que, sem embargo de todas as vicissitudes, o progresso liberal se foi operando em Portugal em todos os dominios, politico, economico e religioso. Esse progresso accentua-se de 1852 a 1855 principalmente. Mas depois a reacção envida todas as suas forças para o conter, e vai-o infelizmente suplantando. Mostrará esta luta em cada um dos tres dominios.

Politicamente, crearam-se as juntas de parochia, generalizaram-se as camaras municipaes a todos os concelhos, crearam-se as juntas geraes de districto; levou-se assim o principio electivo a todas as corporações locaes; e, ainda depois, na constituição do Estado, até a camara dos pares se tornou electiva. E, embora não estivesse inscripta na lei a liberdade de associação politica, inscreveu-se a de reunião; e, de facto, havia a liberdade de associação politica, porque os partidos tinham os seus centros de organização mais ou menos popular, que o digam o movimento do *Primeiro de Janeiro* e o antigo partido progressista do Porto. Era a monarchia cercada de instituições republicanas, como a sonhara Passos Manuel.

Foi contra esta republicanização politica que a monarchia assestou as suas baterias desde 1886. Como vencer? Substituindo em toda a parte a eleição popular pela nomeação regia. Foi o que praticaram successivamente progressistas e regeneradores e o que levou ao seu auge o partido do engrandecimento do poder real. A centralização inutilizou as corporações locaes,

anulando-lhes as regalias, deixando-lhes quasi só uma magistratura consultiva. Acabaram com a eleição do pariato, e não acabaram com a dos deputados, porque era preciso que ficasse uma corporação, não electiva, mas temporaria, onde a oligarchia politica pudesse a seu talante experimentar os seus favoritos antes de lhes dar o encarte definitivo na camara dos pares. Ao mesmo tempo que centralizava os empregos publicos locaes, chamando-os a si, o estado multiplicava enormemente os seus. E assim pôde ir atacando e abatendo todas as influencias populares e opondo-lhes as dos seus clientes, de tal modo que todos os centros politicos livres foram desaparecendo, transformando-se em delegações executivas da vontade dos chefes de clientella. Os centros republicanos que resistiram, dissolveram-se, e, renascendo, tem-se feito tudo para os reduzir á impotencia.

O resultado é termos hoje o governo politico da nação convertido numa immensa burocracia cesarista, ou corpo d'exercitos mais ou inconciliaveis de empregados publicos, de influentes sem auctoridade propria,

commandados pelos oligarchas politicos. E as lutas politicas reduzem-se hoje no campo monarchico a escaramuças entre esses oligarchas e suas clientellas, deixando indifferente a opinião do paiz, que apenas as commenta, como ultimamente as de Braga e Espozende, com um sorriso triste.

Eis o que tẽem sido os tres partidos que tẽem governado com a legislação constitucional de 1896, partido do engrandecimento do poder real, partido progressista e partido regenerador: partidos de reacção politica. Escravizaram a opinião.

As consequencias desta reacção não foram, é claro, só politicas, mas tambem economicas e religiosas. Nunca, como nos ultimos tempos, desde 1886, foram maiores os esbanjamentos; só após a queda do sr. João Franco com o ministerio proclamador do engrandecimento do poder real, foi necessario legalizar mais de 5:000 contos de dividas. Nunca se feriu mais, pela exaltação de homens suspeitos aos postos eminentes, o culto delicado da honra, que é o apanagio de todas as almas bem formadas!

Se os partidos que ultimamente tẽem disposto do poder, representam a reacção politica, o novo partido dos *homens que tẽem que perder*, cujo chefe referendou o artigo constitucional que confere ao rei o arbitrio de lançar e cobrar impostos, independentemente da vontade da nação, esse partido representa a plutocracia, a reacção economica.

Com o progresso das liberdades politicas, veio tambem o progresso das liberdades economicas. Fundaram-se associações commerciaes pelas principaes cidades do paiz, as Associações dos logistas de Lisboa e do Porto, o Centro commercial e o Gremio commercial do Porto, os Atheneus commerciaes de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Braga, etc., as Associações industriaes, a Associação d'agricultura portugueza, ligas e syndicatos agricolas, montepios, associações de socorros mutuos, cooperativas, associações, centros e federações de classe. Creou-se assim uma força eleitoral admiravel. Basta lembrar o Monte-pio geral com os seus avultados capitaes e o seu immenso credito, basta lembrar a Voz do operario, de Lisboa, com 44:000 socios e 84 escolas para os seus associados.

Era preciso dar batalha a esta formidanda legião, e é o que se propõe o partido da oligarchia financeira.

As tentativas datam de 1886, e o ataque foi sobretudo violento durante o governo do engrandecimento do poder real. Para essa campanha se fez a centralização financeira, pondo dependentes do governo todas as concessões locais, ainda mesmo as das camaras municipaes, que só nominalmente as fazem, pois pouco mais são do que auctoridades ao serviço dos oligarchas que tudo decidem e mandam. E bem tem demonstrado reconhecê-lo o Porto nos seus recentes protestos. Depois, o Estado foi concentrando na sua mão toda a força financeira que dá monopolios, que augmenta ou diminue, a seu bel-prazer, as pautas alfandegarias no continente e no ultramar, que influe nos descontos do Banco de Portugal e suas caixas filiaes, e que, como já dissera, pela legislação constitucional de 1896, dispõe discrecionariamente dos impostos, que pôde lançar e cobrar como quizer. Esta força é enorme tambem. Com ella se procurou suffocar o eleitorado economico, e, escudado nella, os ministros de 1894 a 1897

dissolveram a Associação industrial e as Associações commercial e dos logistas de Lisboa e transformaram-nas numa Camara de commercio e industria tutelada pelo governo. Essas associações, graças aos esforços dos seus benemeritos defensores, alguns dos quaes tem o prazer de ver ali a seu lado, puderam resuscitar; mas o golpe dado pela reacção não foi perdido, e os seus auctores lá estão hoje predominando nos corpos gerentes da Associação commercial de Lisboa.

A obra, porém, tão desabridamente proseguida de 1894 a 1897 não ficara completa. E é por isso que a mesma oligarchia economica, com os seus novos proselytos, aqui se reuniu ha dias, em ágape festivo, pretendendo estender ramificações pelo país. Pergunta: *Os homens que tẽem que perder*, que então se apresentaram coligados em partido, haviam sido escolhidos para se pronunciar sobre as questões publicas do paiz, como representantes das associações commerciaes e industriaes do Porto? Não? Então tentaram substituir-se aos legitimos representantes, e por esse modo atentaram contra a independencia e os direitos sagra-

dos da sua classe. E que não representavam os verdadeiros interesses economicos desta terra, viu-se bem, pois que nem uma palavra tiveram de sympathia para as questões que mais a tẽem agitado ultimamente, uma questão organica, a da hygiene da cidade e das habitações operarias, e duas questões moraes, a questão pungente do contracto do trabalho entre operarios e patrões, e a questão do descanso semanal dos empregados do commercio, de cuja solução dependem a saude, a instrucção e o futuro da classe commercial. Nem a peste, nem as reclamações dos congressos das classes textis e dos empregados do commercio celebrados nesta cidade, nem a gréve de ha pouco ainda, que comoveu todo o país, deram rebate no seu coração endu-recido!

Oh! elles são bem a reacção financeira, que será ainda peor do que a actual reacção politica, se algum dia alcançar o poder, porque hoje, com os actuaes governantes, ainda as classes desvalidas, nas suas revindicações contra a plutocracia, apellam para a auctoridade; mas, depois, já não o poderão fazer, porque a auctoridade será ella.

Condecora-se com o titulo de partido liberal a facção plutocrata, porque pretende arrancar o poder aos partidos de reacção politica, que até agora exclusivamente se têm alternado na governança. Querem entrar tambem na rotação, na partilha do poder; e dahi todo o seu programma monarchico-liberal, que se cifra em dois artigos: um, de adhesão ao rei, de cujo arbitrio depende supremamente o seu advento aos conselhos da corôa; outro, de reforma eleitoral, que decreta os circulos uninominaes, por meio dos quaes esperam, se tanto fôr preciso, atestar a sua força, acrescentando com o peso das suas clientellas o que já hoje tanto oprime em cada ponto isolado do país o eleitorado. Todos os mais artigos do programma são pouco mais ou menos tão vãos como o artigo da responsabilidade ministerial, que, no dia em que se tornasse efectiva, exautoraria moralmente a maior parte dos homens publicos que nos ultimos tempos têm servido a monarchia em Portugal, reus de atentados contra a liberdade dos cidadãos, e, com elles, os partidos que os consideram seus chefes. E' verdade que, se não fôr tão cedo chamado ao

poder o partido reaccionario dos que tẽem que perder, o seu liberalismo crescerá indomavelmente. Elles o protestaram: — o seu chefe, bradando: *Senão, não!* — o seu estado maior, clamando: *Para a frente, sempre para a frente!* — e os seus novos adeptos, declarando na sua mensagem ao chefe que então *irão até onde as exigencias da salvação nacional os levarem!* — Felizmente que, para os moderar, vigora a lei de 13 de fevereiro de 1896, da iniciativa do seu chefe... Em nome da ordem social, poderão ir, mas é para Timor!

Peor do que esta reacção plutocrata que nos ameaça, só a clerical do nacionalismo.

Desde 1880, em que se celebrou o centenario de Camões, ao lado da velha liturgia eclesiastica começou a formar-se entre nós uma nova liturgia civica. Ás festas de Camões seguiram-se outras aos nossos gloriosos antepassados: o Porto ergueu uma estatua ao infante D. Henrique; guardaram-se piedosamente as cinzas de Herculano e de Garrett; Lisboa, Porto e Coimbra acompanharam em recolhido cortejo ao cemiterio os seus queridos mortos, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas e José Falcão.

Uma nova religião foi despontando, humana, toda feita de cordialidade e de amor. O fanatismo alvoroçou-se, a theocracia chamou ás armas as suas hostes e constituiu-se o partido nacionalista. Que pretende? Elle já invade o seio das familias, faz casamentos, dita o testamento dos moribundos e apodera-se dos bens particulares; mas, como soffre ainda a soberania do estado, que nomeia e estipendia o clero, o seu liberalismo revolta-se contra esta dependencia. Quer tambem dispôr, em proveito dos seus, da auctoridade e dos bens publicos. E, para isso, para escalar o poder, como elle é liberal! Quanto mais do que a plutocracia! O clericalismo promette todas as liberdades, inclusivamente a liberdade dos cultos, e tudo, sob uma clausula apenas... dentro tambem da ordem social.

Aqui tẽem, pois, o que são os partidos monarchicos em Portugal: os dois que estão no goso do poder, a reacção politica; os que o pretendem, um, a reacção financeira, outro, a reacção clerical.

Contra esta triplice reacção levanta o partido republicano o seu estandarte, em cuja divisa se lê esta triplice aspiração:

liberdade politica, liberdade economica e liberdade religiosa.

Por todos os que querem saber e não podem, oprimidos pela reacção politica, — por esse sem numero de creanças analphabets — ; por todos os que querem trabalhar e não podem, oprimidos pela reacção economica, — por esse sem numero de proletarios — ; por todos os que querem amar, ser bons, e em cujo seio a reacção religiosa lança a semente dos odios, — por esse sem numero de santas e piedosas mulheres que ella tenta desvairar e arrastar após si para fóra dos seus deveres — ; por todos os pobres, por todos os humildes e por todos os fracos, saudemos a liberdade e com ella o unico partido que hoje a sustenta e defende em Portugal — o partido republicano !

Contra as propostas de fazenda

Comicio de Coimbra em 28 de fevereiro
de 1904 *

Todos conhecem as propostas de fazenda apresentadas pelo governo ao parlamento; dellas ha uma que tem por fim a remodelação pautal. Não é dessa que se vai ocupar, e a seu respeito apenas dirá que, sendo o proteccionismo um dever de solidariedade nacional, é mister exercitá-lo, não só em beneficio dos industriaes, mas muito principalmente dos operarios, melhorando-lhes o salario e proporcionando-lhes instituições de ensino e de assistencia social.

As outras propostas envolvem todas agravamentos de impostos, que mais veem ferir todas as manifestações de vida e de iniciativa nacional.

* Discurso pronunciado na presidencia do comicio republicano, segundo o extracto da *Resistencia*.

Coimbra, que ha um anno, num arranco de indignação, se insurgiu contra a violencia das exacções fiscaes, não podia deixar de se associar ao movimento de protesto que neste momento vai lavrando por todo o país, contra as propostas de fazenda que agravam todos os impostos existentes, acrescentando-lhes ainda outros não menos vexatorios e opressivos.

A nossa situação financeira e economica é tal como se tivessemos sofrido uma guerra exterior. E' a guerra interior que temos sofrido das oligarchias dominantes contra as classes que trabalham. Por isso os impostos ultimamente tẽem sido verdadeiros impostos de guerra. Em 1892 lançavam-se os impostos da guerra feita ao país pelas dictaduras progressista e regeneradora. Agora lançam-se tambem os impostos da guerra, que principalmente foi feita contra as liberdades publicas pelo governo do poder pessoal de 1894 a 1897.

Estão ainda na memoria de todos as afrontas que foram feitas por esse governo contra Coimbra, terra da Universidade, á qual elle arrancou representação parlamen-

tar, cujos funcionarios ameaçou e preteriu por motivo das suas opiniões democraticas, chegando a demitir o secretario, Cerqueira Coimbra, que desde então, longe desta cidade, tem continuado a estar sempre presente na saudade de todos os que o conheciam e apreciavam as suas primorosas qualidades. Esse governo pessoal, que se ufanava de ser um governo de força, foi — por lhe faltar precisamente a força que só pode dar a um governo a opinião —, foi, com a sua ditadura, não só dos mais oppressivos, mas tambem dos mais esbanjadores, escravizado, como esteve, aos poderosos de dentro e de fóra da nação. Foi então que Casimiro Périer, em nome da oligarchia financeira, nos esbofeteou deante de todo o mundo, em pleno parlamento francês. E' a conta de todos os gastos de então, acrescentados com os dos partidos que se seguiram ao do poder pessoal de 1894 a 1897, que se nos apresenta agora para pagarmos pelo agravamento de impostos.

Recusamo-nos a isso. E advertimos os poderes constituídos de que é possível, e bem provavel, que, se insistirem no seu proposito, a insurreição que no anno passado

se limitou a Coimbra, se alastre, estuando no coração de todo o país.

O partido republicano é um partido d'ordem; pretende conquistar o poder pela força da opinião; mas contem as classes trabalhadoras com elle na vanguarda para todos os sacrificiõs, em qualquer vicissitude.

Quando os diversos partidos monarchicos que tẽem governado ou querem governar, são unanimes em reclamar mais impostos ao país, em opposição a elles o partido republicano proclama bem alto, assumindo um compromisso solemne, que *o povo portugêz não deve, nem pode pagar mais impostos.*

Comicio de Coimbra em 27 de março de 1904 *

Sauda o commercio de Coimbra e as delegações e representantes do commercio de todos os pontos do país, que se acham ali

* Discurso no comicio promovido pelo corpo commercial, segundo o extracto da *Resistencia*.

reunidos, por mais aquella demonstração da sua cohesão, do seu espirito corporativo, e sobretudo do seu patriotismo, porque nesta campanha travada com os poderes publicos não se trata dos interesses só duma classe, mas sim dos interesses solidarios de todas as classes trabalhadoras.

Expõe como as propostas de agravamento d'impostos apresentadas pelo governo ao parlamento vinham envolvidas e acobertadas com outras de fomento economico ao commercio, á industria e á agricultura. Como se, na desvalidez a que chegámos, por mais numerosas que sejam as nossas necessidades, não sobreleve a todas a necessidade de vivermos! Só ao povo proletario o governo não offereceu nada, e descarregou rudemente a ameaça de nova tributação sobre a sua alimentação e a sua luz.

Por isso o partido republicano soltou o grito d'alarme contra as propostas de fazenda. E logo as federações operarias no seu comicio as combateram. As outras classes estudaram-nas, discutiram-nas; e, dentro em pouco, as associações commerciaes representavam ás côrtes contra ellas,

e, organizando uma acção commum, operavam essa admiravel mobilização de forças do dia 14 de março, que ficará para sempre como uma data gloriosa para o commercio portuguez, — e folga de poder apontar á assembléa os promotores dessa grandiosa manifestação, alli presentes, o sr. José Pinheiro de Mello, de Lisboa, e os srs. José Ferreira Gonçalves, e José Pimentel, do Porto —; a agricultura representava tambem contra ellas, e a industria, a principio vacillante e mesmo inclinada á aprovação das propostas de fazenda, parece finalmente já convencida de que todas as vantagens e beneficios da reforma da pauta em favor da producção não compensariam os prejuizos que lhe haviam d'advir da diminuição de capacidade do consumo. Assim foi crescendo o movimento de protesto. Alastrou-se. Tornou-se verdadeiramente nacional.

E, qualquer que seja o seu exito, não se póde negar-lhe alta importancia. E' assim que a opinião se forma. Este é o grande meio d'educação politica do país, porque este movimento, essencialmente economico dentro das associações, desde que saíu

de dentro dellas para a praça publica, converteu-se num movimento politico. E' assim que se poderá ir conseguindo o governo da nação pela nação. E, quando o obtivermos, quando todos os poderes, desde o mais humilde até ao mais elevado, fôrem da vontade e eleição da nação, tere-mos feito ordeiramente, pacificamente, a maior de todas as revoluções, alcançando com ella o triumpho não só dum partido, mas da liberdade e da patria.

Não quer acentuar a nota partidaria, mas não póde deixar de tirar a moralidade politica que o movimento de protesto encerra. Achando-se nesta questão vital, dum lado, todas as classes trabalhadoras, e, do outro, apenas a minoria dos privilegiados, é licito procurar saber com quem estão os nossos partidos politicos. E vê-se que com a oligarchia dos privilegiados que devoram a substancia da nação, não estão só os partidarios do actual governo, estão todos os partidos monarchicos, pois todos elles, por mais que ataquem as propostas de fazenda em discussão, todos ao desafio, como se isso fosse condição para captarem a confiança da corôa, declaram permanen-

temente que, quando houver um governo de moralidade na administração, eufemismo que significa — quando elles forem governo —, já o país se não recusará a novos sacrificios, o que é redondamente falso, porque o país não póde nem quer pagar mais, e o primeiro acto de moralidade, de coragem civica, que se tem d'exigir, hoje, dos governantes, é que equilibrem o orçamento e as contas do estado, não pelo augmento dos impostos, mas pela sua propria redução e pela supressão de todas as despesas inuteis e faustosas. Com as classes trabalhadoras, identificado com ellas, só o partido republicano, que iniciou este movimento de protesto e que o acompanhará sem esmorecer até final. Tanto é certo que o partido republicano é hoje o unico profundamente nacional!

A insurreição de Coimbra *

O movimento d'insurreição de Coimbra contra as expoliações governativas, por mais lamentáveis que sejam as mortes dos dois infelizes, — um delles uma creança ainda! — que foram victimas do seu choque com a arrebatada repressão das tropas, tem um alto significado civico e prestou a todos os animos atribulados e feridos de desalento o inapreciavel serviço de tornar bem patente que ainda ha aqui corações e braços robustos e dedicados para estreitar e soerguer com toda a paixão e toda a hombridade o estandarte da revolta contra as prepotencias que nos arruinam, nos vexam e deshonram. Provou-se claramente que este bom povo,

* No supplemento da *Justiça*, commemorativo do dia 12 de março de 1903.

que, — dia a dia, de sol a sol, — gasta a sua vida num improbo labor, sem nada mais lograr senão ver escarnecida a sua paciencia e sobrecarregada a sua miseria, é tambem capaz de arriscá-la duma vez, num momento de nobre e heroica indignação, pela esperança generosa de haver melhores dias para a sua familia e para a sua patria. Podem contar seguramente com elle, com os seus homens, com as suas mulheres e até com os seus filhos, com as suas sympathias e com o seu apoio material e moral, todos os que se unirem em santa cruzada para a defesa, revindicação e conquista dos nossos direitos individuaes e collectivos, sem os quaes é absolutamente impossivel a nossa restauração nacional.

Protecção ás mulheres e aos menores

Congresso da « Liga contra a Tuberculose » celebrado
em Coimbra (abril de 1904)

Discurso *

Nunca como nos ultimos tempos o naturalismo foi tão dominante. Mas nem por isso a vida se materializou, antes hoje mais do que nunca a civilização é generosa, espiritual e idealista. Exemplo relevante da influencia humanista e moralizadora do naturalismo é a hygiene, cujos dictames cada dia mais se vão convertendo nas nações cultas em codigos de direitos e de leis.

Uma destas leis é a da regulamentação das mulheres e menores nas fabricas, que foi a obra de varios homens publicos,

* Segundo o extracto da *Resistencia* e da *Justiça*.

entre os quaes é dever lembrar dois mortos illustres, Saraiva de Carvalho e Thomaz Ribeiro, obra a que teve a honra de pôr termo em 1893, ao lado de Augusto Fuschini, que tanto tambem contribuiu para ella.

Embora reputada uma das mais perfectas, senão mesmo a mais perfeita de todas, esta lei tem decerto lacunas e incorrecções.

Apontará algumas. Entre os misteres prohibidos aos menores, importa incluir o de varredores de rua, que, perigoso até mesmo para os adultos, o é sobretudo para as compleições tão susceptiveis de creanças.

A prohibição do trabalho das mulheres nas proximidades do parto deve ser não só depois, mas tambem antes d'elle; e que-ria até que se condemnassem os contractos de criação, em que duas mães, uma rica e outra pobre, uma tantas vezes por egoismo, outra quasi sempre por miseria, abandonam os seus filhos, impondo-se a todas, ricas e pobres, a obrigação de, sempre que possam, crearem os seus filhos.

E a nossa aspiração não hade limitar-se a defendermos os menôres e as mulheres só nas fabricas, mas tambem na industria

domiciliaria, que tantos progressos tem feito ultimamente no norte do país.

E não só na industria, mas em todas as profissões. Para mostrar quanto isto é preciso, basta dizer que os empregados do commercio, mesmo as mulheres, mesmo os menores, não têm ainda sequer por lei o direito ao descanso dum dia por semana. E quanto não precisam de protecção os creados de servir, principalmente os menores e mulheres, que, na prestação dos seus serviços, vivem inteiramente á mercê do arbitrio humano ou deshumano dos patrões!

E não só o exercicio das profissões, mas tambem o seu apprendizado, cumpre tornar hygienico. Ora o alumno entre nós está submetido a um regimen de trabalho forçado: na escola primaria, a estreiteza do ensino viola a integridade do seu desenvolvimento physico e moral, e no lyceu, a multiplicidade dos professores, especializando o estudo de cada disciplina, torna-lho duma intensidade e duração incomportavel; ao contrario, no ensino superior, que deve ser especial, por causa da amplitude dos programmas elle é arrastado de materia em materia, sem nunca poder parar em

nenhuma, com fatigante irritabilidade do seu espirito, que não pode deixar de reverter em damno para a sua saude.

Todas as leis de protecção são necessarias para a mulher e para a creança e ainda para o homem do povo.' Por todas ellas devemos pugnar, principalmente numa Universidade, onde crê interpretar os sentimentos de todo o magisterio, declarando que não é sem dôr, e muitas vezes mesmo sem indignação, que se tem de ensinar um direito civil, que é principalmente o direito dos proprietarios e dos ricos, um direito publico, que é o direito duma oligarchia sobre a vontade da nação, um direito financeiro, que é o direito que tẽem os ricos de tributarem os pobres, um direito penal, que é o direito que assiste aos poderosos de castigarem os humildes e desvalidos que lhes não pagam ou não obedecem.

Mas, se tantos direitos novos de solidariedade social é necessario ir implantando na nossa legislação, faça-se ao menos por cumprir o inicio dessa legislação que já possuímos e que é principalmente importante como promessa. Para pôr em execução a regulamentação do trabalho dos menores e

mulheres nas fabricas, organizou e dotou convenientemente a inspecção industrial, e os inspectores desempenham-se com zelo das suas funcções. Sem embargo, a lei pouco ou quasi nada se executa. Porque?

Opõem-se-lhe as mesmas causas que em Portugal se opõem a todas as leis de justiça e de progresso, a triple reacção religiosa, politica e economica.

A reacção religiosa, que sempre embaraça quanto pode o exercicio do poder civil, tem-lhe creado difficuldades, recusando-se muitos parochos a passar gratuitamente as certidões de idade que são necessarias para definir as obrigações impostas pela lei.

A reacção politica, pelo seu favoritismo, tira a força aos inspectores para empregarem os meios necessarios á sancção das prescripções da lei.

A reacção economica que empobrece e arruina a nação, pela sua avidez e dissipação torna a vida, a alimentação, o vestuario, a habitação do operario cada vez mais cara, enfraquecendo-lhe, por isso, as suas forças, donde resulta, mais do que em qualquer outra nação, necessario entre nós proteger o menor e a mulher no trabalho.

Para que a familia possa dispensar o salario da creança, que tantas vezes é o unico braço que lhe resta para a sua sustentação, é preciso organizar em seu favor a assistencia publica. Para que a mulher, nas crises da maternidade, possa dispensar-se de trabalhar, é preciso organizar em seu favor caixas de seguros ou socorros. E como se desempenham destas obrigações as classes possidentes e governamentaes? Ai! em Portugal, são os pobres que prestam a assistencia aos ricos e não os poderosos aos desvalidos. Em prol dos industriaes, ha o proteccionismo pautal, que é feito á custa dos contribuintes e portanto, em grande parte, pelas classes trabalhadoras. E quantos repartem com ellas essa protecção? Os poderes publicos lançam sobre a nação impostos, em grande parte impostos indirectos, que recaem principalmente sobre as classes trabalhadoras. E que beneficio lhes prestam em troca?

Nem, ao menos, quando os patrões tentem resarcir-se da falta de braços baratos dos menores e da redução do tempo de trabalho dos menores e das mulheres, reduzindo elles o salario, o operario, pela faci-

lidade da sua organização associativa e pelo direito de greve pode reagir. Para se ver como é ainda difficil ás classes operarias associar-se, porque a lei das associações de classe exige a auctorização prévia do governo, sempre fatigante e esteriliza-dora para todas as iniciativas, basta dizer que na circumscripção industrial de Coimbra apenas existe com estatutos aprovados uma associação de classe. E a greve, a colligação operaria, que devia ser um direito, embora tolerada pela brandura dos nossos costumes, é punivel pela lei penal como um delicto.

Ao operario nem resta sequer o recurso de por toda a parte apelar para os tribunaes, quando nem mesmo o minguado jornal a que se sujeitou, o patrão lhe queira afinal pagar lealmente, porque não existe em todo o país ainda senão um tribunal de arbitros avindores, o que elle creou em Lisboa em 1893, e esse mesmo com vida precaria, muito abandonado pelos poderes publicos.

Eis a conclusão a que chega sempre em todas as questões sociaes entre nós quem tem alma e coração: é que, para resolver

qualquer dellas, de que depende a vida e o futuro da nação, é absolutamente indispensavel uma profunda e radical reforma nas instituições que nos regem.

Conclusões

1.^a — Ha um direito novo do operariado, e, em especial, da mulher e do menor, que é necessario proclamar bem alto, inscrevendo-o na legislação civil.

2.^a — O proteccionismo aos industriaes deve ter sobretudo por fim o proteccionismo aos operarios, e, primeiramente, ás mulheres e aos menores.

3.^a — Sem o barateamento da vida do operario por effeito da socialização do imposto, mal se poderá, ainda á custa duma larga beneficencia, pôr em execução a lei do trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas.

4.^a — O procedimento duma parte do clero, recusando-se a passar gratuitamente as certidões de idade aos menores empregados nas fabricas, é mais um argumento que demonstra a necessidade de se tornar obrigatorio para todos o registro civil.

5.^a — A Repartição do trabalho industrial deve publicar regularmente um boletim estatístico, onde se insiram os relatorios dos inspectores industriaes.

6.^a — Provisoriamente os inspectores industriaes poderiam com vantagem acumular as funcções de inspectores do ensino industrial.

7.^a — As caixas escolares, como tão benemeritamente as têm instituido muitos professores primarios, são um poderoso meio de assistencia para se conseguir aliar o trabalho com a instrucção dos menores.

8.^a — E' necessario ministrar um ensino complementar aos menores dum e doutro sexo, empregados na industria, que já se achem habilitados com a instrucção elemental obrigatoria.

9.^a — Cumpre tornar extensiva a todas as classes de trabalhadores e profissões a protecção social para com os menores e as mulheres.

Eleições *

Eleger ou não eleger, eis o problema politico. Sobre a eleição se funda o governo liberal, como sobre o arbitrio o governo despotico. Eleição e liberdade são irmãs. Por isso, de todos os governos o mais liberal é o republicano, que é o mais electivo.

Com o progresso do sufragio, cresce a liberdade; com o retrocesso, decresce.

Entre nós, no periodo constitucional, á medida que se vai ganhando em eleição, ganha-se em liberdade. Sem falar já nas nossas grandes epocas liberaes, 1822 e 1838, que se assignalam pela organização do parlamento, com uma ou duas

* Conferencia realizada no Centro eleitoral republicano José Falcão, de Coimbra, na noite de 30 de maio de 1904, segundo o extracto da *Resistencia*.

camaras, todo de eleição, em 1826 a carta declara electiva a camara dos deputados, o acto adicional de 1851 torna electivas todas as camaras municipaes, e o acto adicional de 1885 introduz o principio electivo na camara dos pares. As eleições vão passando de indirectas a directas. A temporalidade do mandato reduz-se, amiudando-as. E o sufragio alarga-se: em 1878 confere-se o voto a todos os chefes de familia, o que é quasi o sufragio universal. Efectivamente, emquanto em 1877 havia recenseados no continente 476:120 eleitores, ou 10 por cento da população, em 1880 o corpo eleitoral subiu a 844:838, e, logo em 1883, a 863:280, ou cerca de 18 por cento da população, percentagem sensivelmente igual á da Allemanha, onde ha o sufragio universal aos 25 annos d'idade. Conjuntamente com o numero de eleitores, augmentou tambem, embora com varias oscilações, o numero de deputados, que em 1884 foi de 170.

Ao contrario, com o governo do engrandecimento do poder real, a camara dos pares volta a ser de nomeação regia, as juntas geraes de districto passam a ser

presididas pelos governadores civis, e para as camaras municipaes de Lisboa e Porto os presidentes são nomeados pelo chefe do estado. As eleições districtaes tornam-se indirectas. Restringe-se o eleitorado pela supressão da capacidade eleitoral dos simples chefes de familia. O numero de deputados desce a 120.

E, assim como os direitos do eleito e portanto do eleitor se foram elevando pelos actos adicionaes de 1851 e 1885, que, em proveito do parlamento, limitaram a prerogativa da corôa sobre impostos e sobre a dissolução, e pelo codigo administrativo de 1878, largamente descentralizador; assim depois, pelo acto constitucional *subtractivo* e pelo codigo administrativo de 1896, diminuíram.

As nações mais liberaes são as que mais professam o principio da eleição. A Inglaterra leva-o até ás colonias. Nos Estados Unidos e na França o proprio chefe do estado é electivo. E a Suissa elege não só as auctoridades do poder legislativo, mas ainda, em grande parte, as do poder executivo; mais, faz de cada eleitor um eleito pelo direito d'iniciativa e de refe-

rendum. Inversamente, as nações mais escravizadas, como hoje a nossa, não conhecem ou não acatam o principio electivo.

A eleição, aqui mesmo celebrada nas côrtes de Coimbra de 1385, deu-nos Aljubarrota, abrindo-nos todo o glorioso periodo das nossas navegações e descobrimentos. Depois, com a supremacia do jesuita e a abolição de todo o voto livre, tudo tivemos perdido, até a independencia nacional.

Porque é que a nossa nação está tão dividida, tão arruinada e desautorizada? Porque é que lá fóra lançam sobre nós as suspeitas mais afrontosas: não ha muito, que, atraçoando a hospitalidade que devíamos a Kruger, o iamos entregar aos inglêses; agora, que o protesto do Vaticano contra a visita do presidente Loubet á Italia se tornou do dominio publico por inconfidencia da nossa chancelaria? Que calumnias nos não assacam? E' preciso ter viajado no estrangeiro para se ver, com o coração retalhado de dôr e o rubor nas faces, até que ponto tem baixado a nossa reputação. O que soffrem sobretudo os nossos filhos que têm d'ir procurar o

ensino ás escolas doutros paizes! E porque? Porque somos uma nação, uma raça moribunda? porque já não possuímos homens de entendimento e de character para o nosso governo? Não! porque os não escolhemos.

O principio electivo é o lemma da bandeira dos reformadores politicos por toda a parte. Que reclamam os valorosos representantes da infeliz Irlanda? o *home rule*, isto é, o direito della se governar por sua eleição. Por que aneiam os epicos patriotas do Transwaal? pela restauração do seu direito eleitoral.

Foi o principio electivo o que, em poucos annos, communicou ao Japão a força, a cohesão que está demonstrando nas suas tremendas lutas com a Russia autocratica. Restitua-se-nos esse principio de vida, e Portugal resuscitará.

Um povo indifferente pela eleição é um povo indifferente pela liberdade.

A questão religiosa, a questão economica e a questão politica são fundamentalmente questões d'eleição.

Que pretendemos em religião? Pretendemos que todos tenham o direito de

escolher o seu culto; e, dentro do culto catholico, que é o nosso culto tradicional, a que todos queremos muito, porque, ainda quando não seja o dalguns de nós, foi o dos nossos paes e é o de quasi todas as nossas mulheres, pretendemos que á nossa igreja-matriz e ao nosso seminario diocesano, governados pelos nossos parochos e bispos, da nossa escolha, porque são da escolha da nação, se não substituam as capellas e os noviciados da propaganda romana, que ás nossas misericordias, irmandades e confrarias, de nossa eleição, se não substituam as congregações religiosas adscritas passivamente á obediencia de Roma, e não mesmo da Roma do papa branco, mas da Roma do papa negro.

Que pretendemos economicamente? Pretendemos que não só os ricos, mas todos tenham direito á vida economica, podendo unir-se, associar-se cooperativamente para escolherem livremente os seus chefes, os seus mestres e directores; e que os que não tenham meios de trabalhar por sua conta, possam solidariamente debater pelos seus representantes os seus contractos de trabalho e por meio delles assegurar em

tribunaes d'arbitragem o exacto cumprimento desses contractos.

Que pretendemos politicamente? Que todas as corporações até o estado sejam francamente electivas, dando-se a cada uma das nossas divisões administrativas, tanto da metropole como das colonias, a mais liberal autonomia. Quem não vê que os litigios que hoje ameaçam despedaçar a unidade nacional, como, por exemplo, entre S. Thomé e Angola, só assim se podem resolver?

Ai! é muito difficil o exercicio do direito de eleição entre nós, de toda eleição e sobretudo de eleição politica, bem o sei. Contra elle avança não só o despotismo politico, commandando a legião dos seus influentes, mas tambem o despotismo financeiro, ou a plutocracia, e o despotismo clerical, ou a theocracia. Custa a ter a liberdade politica, porque é preciso ter primeiro a liberdade economica e a liberdade religiosa.

Mas, se é certo que, nos individuos como nas sociedades, a nossa opinião depende muito dos nossos interesses como das nossas paixões, não é menos certo recipro-

camente que, desde que a razão se desenvolve, tende a ser predominante. O poder politico vai cada vez mais regulando e garantindo a liberdade economica e a liberdade religiosa das nações. A questão economica e a questão religiosa têm de ser decididas superiormente por elle. Daqui a suprema importancia da eleição politica. E' necessario que todos, não só os que têm uma opinião sobre as coisas publicas a sustentar, mas tambem os que têm interesses geraes a defender e sentimentos de fraternidade a salvaguardar, apellem para ella.

As almas piedosas que se confrangem do materialismo grosseiro duns e do impio fanatismo de tantos outros; aos proletarios que se vêem sem trabalho, ou esfalfados pelo excesso de trabalho, sem o descanso diario ou semanal indispensavel, e sem segurança para a desvalidez do dia d'amanhã por accidente, doença ou velhice, e aos negociantes, industriaes e lavradores que protestam contra os esbanjamentos e os impostos que nos arruinam a todos; aos nossos mestre-escolas e professores, aos nossos jornalistas e aos nossos tribunos,

que combatem a ignorancia e o erro e procuram formar a razão social para que, em seu nome, a lei governe; a todos direi: Lutem pela eleição!

Reunamo-nos! Que nada neste momento nos divida e enfraqueça! Não macule o clero liberal as suas mãos com os presentes que, agora no periodo eleitoral, o governo lhe quer fazer para as suas egrejas e cathedraes; não peça nada ao governo a nossa burguezia liberal, nem caminhos de ferro nem estradas, nem serviço algum, por mais que urja aos interesses publicos, nada; ninguém que tenha uma parcella d'influencia na opinião, solicite do governo nem sequer o reconhecimento do minimo direito que do comprazimento delle dependa. Tudo têm nas suas mãos: Votem!

Sejam absolutamente intransigentes! Não se comprometam! Não vão, pela vantagem da ocasião, alimentar e dar alento ao arbitrio governativo, que os abaterá e subjugará amanhã.

Lutemos pelo direito d'eleição! E' para travar essa luta que se criam os partidos politicos, uns para esmagar a elei-

ção, outros para a proclamar e defender. E conhece-se logo os que são por ella ou contra ella, pela sua propria constituição electiva, democratica, ou arbitraria, despotica. Entre nós, os partidos progressista e regenerador, cujos membros estão todos os dias abdicando nos seus chefes, são inimigos da eleição; o partido neo-regenerador dos homens que têm que perder, logo pelo seu apelido de franquismo, que atesta quanto o magnetismo pessoal do seu chefe se impõe discrecionariamente aos seus correligionarios, parece ainda mais inimigo da eleição; e o nacionalismo, que acaricia no seu seio as congregações religiosas e portanto sustenta o voto perpetuo, isto é, por anti-phrase, a abolição do voto, esse é de todos o maior inimigo da eleição. Em Portugal hoje só ha um partido que se vai organisando electiva e democraticamente, e que é capaz por consequente de revindicar o principio da eleição para a nação; é o partido republicano. Não falte, pois, ao seu dever.

Tomemos, republicanos, todos nós, sem excepção de ninguem, o nosso posto de combate.

Primeiro de tudo, a revindicação do sufragio universal.

Protestemos contra um regimen que, deixando o país sem escolas, exige para se ser eleitor a habilitação de saber ler e escrever; contra um regimen que, ao passo que lança sobre os desvalidos o maior encargo d'impostos, sob a fôrma d'impostos indirectos, os risca do censo dos contribuintes para lhes negar a capacidade eleitoral, tornando-os duplamente proletarios. E' um ludibrio! Todo o cidadão que dá a um país o seu amor, o seu trabalho e a sua intelligencia, tem o direito d'intervir no governo dos destinos desse país. Nem se pode constituir a grande familia nacional, sem que, a dentro da nação, cada um possa ser, como é na familia, não só um eleitor, mas tambem um eleito. A Constituição define a nação, a associação politica de todos os cidadãos portugêses. Sem o sufragio universal, é falso.

Após o sufragio universal, revendiquemos uma representação eleitoral tão fiel que assegure a cada partido um numero d'eleitos proporcional ao numero dos seus eleitores, protestando tanto contra o systema

vigente da lista plurinominal como contra a resurreição do systema dos circulos unimominaes, que, um e outro, oprimem o eleitor e falsificam o acto eleitoral. Num impera o feudalismo local, no outro o absolutismo central.

E, protestando, façamos ao mesmo tempo a demonstração solemne das nossas forças, das forças liberaes e republicanas do país. Se, por culpa da lei e por dolo dos seus agentes, os nossos votos se não contarem, deixar que os partidos monarchicos declamem amanhã que foram elles que triumpharam, vamos com os nossos recenseamentos e as nossas actas, tudo devidamente authenticado, ao parlamento representar contra a legislação eleitoral que nos arranca, viola e escamoteia a eleição. E, se não nos atenderem, se a lei não fôr honradamente reformada, voltemos então lá já com os nossos deputados para que elles tomem o seu lugar. Quem é que se nos ha-de opôr? A força publica? O exercito respeitará a vontade expressa da maioria da nação.

A' urna, cidadãos!

Aos eleitores *

19 de junho de 1904

Em 1884, celebravam os partidos monarchicos um acôrdo para se reformar liberalmente a lei eleitoral e a lei constitucional, isto é, para se augmentarem as liberdades. Hoje os partidos monarchicos celebram o acôrdo para ludibriar a lei eleitoral, viciando na sua origem o regimen representativo.

E' que os nossos antigos estadistas do periodo constitucional, ainda os mais conservadores, eram sinceramente liberaes e faziam a politica do engrandecimento popular. E os partidos monarchicos, desde 1886, e sobretudo depois de 1894, foram cada vez mais tornando-se em partidos reaccio-

* Discursos nos comicios eleitoraes celebrados em Lisboa, para a apresentação dos candidatos republicanos, segundo os extractos de *O Debate* e *O Mundo*.

narios até chegarem a proclamar a politica do engrandecimento do poder real, isto é; do restabelecimento do absolutismo. Por isso, não se importam com o sufragio popular. O seu eleitor é outro, que cortejam e adulam ciumentamente.

E o acôrdo que agora selaram da dictadura eleitoral, não é senão uma manifestação do acôrdo geral em que estão intimamente identificados na sua luta commum contra a liberdade.

Na politica interna, estão unidos por um systema de leis oppressivas que vão desde a constituição dictatorial de 1895, que ameaça todas as liberdades publicas, até á odiosa lei de 13 de fevereiro de 1896, que ameaça todas as liberdades individuaes.

Na politica externa, estão unidos por tres actos de exautoração nacional, que o actual presidente do conselho de ministros na Sala do risco, por ocasião do banquete que lhe ofereceram os seus correligionarios, obcecadamente capitulou de tres relevantes serviços prestados nos ultimos tempos pela monarchia: a aliança inglêsa, o convenio, e o decreto de legalização das ordens religiosas, a que o sr. Hintze Ribeiro deu

o nome de pacificação religiosa. Ora a aliança inglesa, mostrou ainda ha pouco a Inglaterra o que é, occupando como suas as nossas aguas territoriaes para as manobras das suas esquadras. Não é aliança, é protectorado. O convenio foi a confissão da nossa insolvencia e a intervenção dos credores externos na nossa administração financeira. E o que foi a legalização das ordens religiosas, viu-se no atrevimento com que outro dia a curia romana feriu os nossos brios no exemplar deprimente que nos destinou da sua circular de protesto ás nações catholicas contra a viagem do presidente Loubet ao rei de Italia. Foi ao menos de pacificação? Di-lo bem claro a parada de forças que acaba de fazer em Braga o clericalismo para solemnizar o cincocentenario da definição do dogma da Immaculada Conceição.

Se a politica interna dos actuaes partidos monarchicos tem sido de dictadura, a externa tem sido de subserviencia.

Hoje, só o partido republicano tem o direito de se chamar liberal.

Só os republicanos são os continuadores da politica de Mousinho da Silveira, Passos

Manoel, José Estevam, Rodrigues Sampaio. Só elles podem adeantar e acrescentar a obra de emancipação economica, religiosa e politica iniciada por esses grandes liberaes e patriotas. E não faltarão ao desempenho de tão sagrado dever. E' o que os candidatos republicanos veem dizer a toda a nação, desfraldando perante os seus eleitores o programma do partido.

Nós queremos a plena liberdade de cultos, portanto a liberdade de associação religiosa, mas sem que dentro de nenhuma se professem votos que sejam a anulação da propria liberdade. E, como respeitamos todas as crenças, não queremos que nas nossas escolas se obriguem os nossos filhos a nenhum catecismo nem a nenhum juramento confessional, e tão pouco queremos que se desnature a missão civilizadora, moralizadora, que nos compete sobre as raças incultas das possessões ultramarinas confiadas á nossa guarda, convertendo-a numa missão sectaria, fanatica, de propagação da fé ultramontana de nenhuma igreja. O estado, que é a grande associação onde se reúnem todos os crentes da nação, das mais diversas confissões, a todas deve

respeito e protecção, mas só uma religião pode e deve ter sua propria, que é a do bem, da fraternidade, da assistencia pelos humildes e pelos infelizes.

Queremos que não só os ricos tenham o direito á vida economica; que todos os trabalhadores se possam associar economicamente entre si, sem dependencia da auctorização previa que hoje se lhes exige, e que, enquanto essas associações não forem de força para contractar livremente com o capitalismo, o estado intervenha com leis humanitarias que evitem o trabalho sobreposse não sómente dos menores e das mulheres, mas de todos os operarios, e que imponham aos patrões a devida responsabilidade pelo risco profissional, cujas lastimosas consequencias não é justo que pesem só sobre os proletarios, hoje, quando victimas dum sinistro, quasi sempre forçados a estender a mão á caridade por essas ruas e estradas. E, assim como combatemos a tyrannia do patrão na officina, egualmente combatemos a tyrannia dos ricos sobre os pobres na sociedade. Não queremos monopolios que encareçam o preço de todos os generos, até o das

substancias alimenticias, em proveito dos syndicatos financeiros. Não queremos privilegiados do imposto, nem na sua incidencia nem na sua applicação. Hoje, são principalmente os pobres que pagam os tributos e são principalmente os ricos que os aproveitam. Queremos o contrario: que sejam principalmente os ricos que contribuam para as despesas publicas, não só proporcionalmente, progressivamente, e que os rendimentos publicos sirvam não para o fausto e dissipação de nenhuma familia poderosa, mas para o fomento da producção, e sobretudo para que o estado possa acudir nos dias sombrios e tristes da inactividade e da velhice aos pobres trabalhadores que, apesar de todas as canceiras, nada puderam amealhar para si e para as suas familias. Não são só benemeritos os que pelem pela patria no campo da batalha, mas tambem os que labutam, dia a dia, nas lides não menos incruentas tantas vezes do trabalho nacional.

Queremos a inteira liberdade de pensamento, desde a escola, que ministre a toda a nação a educação mais liberal, até á praça publica, onde tanto a liberdade da

tribuna como a liberdade da imprensa sejam unicamente garantidas pela responsabilidade do orador ou do escriptor. Queremos a liberdade de associação politica, que ainda hoje é defesa segundo o nosso codigo penal. Queremos a autonomia das corporações locaes, tanto na metropole como nas colonias, suprimindo-se na metropole, como fazem a Suissa e a Inglaterra, os agentes do poder central junto a essas corporações, que, salvo honrosas excepções, se convertem quasi sempre em instrumentos da corrupção e opressão dos governos. E queremos os membros do parlamento, não como hoje são — uns, os pares do reino, de nomeação régia, por lei; outros, os deputados, de nomeação régia, de facto —, mas todos electivos; e, acima de todos, revendicamos o direito de escolher para chefe supremo da nação o melhor dos portuguezes.

Ao cumprimento deste programma devotará todas as suas forças, nos annos que lhe possam restar de vida, convicto de que da sua execução dependem a honra e a salvação da patria.

5 de fevereiro de 1905

MEUS SENHORES!

Antes de mais nada, quero agradecer á cidade de Lisboa a carinhosa manifestação que hontem me dispensou, e que era tambem dirigida ao meu querido camarada, o grande causidico da democracia portugûesa, dr. Affonso Costa. Assim esta cidade demonstra este anno, como já demonstrara o anno passado, nas vespersas do acto eleitoral, que só ha um partido verdadeiramente popular, um partido que principalmente tem direito á sua representação parlamentar, que é o partido republicano.

Meus senhores! Desde que, ha quasi um seculo, os nossos constituintes proclamaram os direitos do homem e do cidadão, tres vezes sobretudo a reacção tentou suplantar as liberdades publicas. Primeiro foi a reacção miguelista, depois a reacção cabralina, e ultimamente a reacção fran-

quista, que assim tem que ser dominada, porque, embora dos dois principaes fautores da politica chamada do engrandecimento real, e que não é senão do engrandecimento do poder pessoal dos ministros validos, o unico sobrevivente não tenha feito parte dos ultimos ministerios regeneradores e progressistas, a verdade é que elle é que tem continuado a governar o país pela observancia da sua legislação dictatorial, que está ainda de pé. Elle e os seus adeptos é que caracterizam a ultima reacção politica; todos os outros estadistas monarchicos, qualquer que seja o seu valor individual, não passam nella de comparsas.

Felizmente, porém, se a reacção miguelista venceu logo de principio facilmente os liberaes e foi necessario depois toda essa epica campanha que elles fizeram desde a Terceira até Almoster e Asseiceira, já a reacção cabralina não pôde conter a revolução popular que provocou, sem o socorro da intervenção estrangeira, e foi quasi sem resistencia que os liberaes operaram o movimento da regeneração. E hoje a reacção dominante não tem força, interna nem externa, em que se apoie.

Se o regimen contava com dedicações no exercito, ellas pode dizer-se que se suicidaram com Mousinho de Albuquerque, e o exercito não se indigna menos do que o povo contra as protervias dos nossos governantes, porque soffre, como elle, as consequencias desastrosas dos seus desmandos e prodigalidades, sofre-as até ao sacrificio, até á morte desesperada, como outro dia na horrenda catastrophe do Cunene, cuja noticia resoou na alma da nação mais do que como um dobre de finados por alguns dos nossos melhores irmãos, como um toque de rebate contra a reacção criminosa que os immolou.

E do protectorado estrangeiro a que o regimen se acolheu, nenhuma força lhe pode advir, porque, se lá fóra lhe aceitam com desvanecimento as homenagens, porque parecem as homenagens da nação, nenhum governo estrangeiro que se preza, pode ter pelos nossos dictadores senão o desdem e a antipathia que merece o seu servilismo.

O espirito liberal em Portugal, até mesmo pelas suas lutas com a reacção, tem-se aguerrido, fortificado. A prova é que os nossos partidos monarchicos, que são todos

reaccionarios, todos pretendem encobrir-se hypocritamente, inculcando-se liberaes, até propriamente a facção franquista, que poz taboleta de liberal, sem embargo de ainda outro dia o seu chefe revindicar com ostentação sobre os outros partidos como seu titulo supremo ás boas graças da reacção, a responsabilidade directa do acto mais odioso da sua dictadura, a lei nefanda de 13 de fevereiro de 1896.

Nem, por isso, comtudo o liberalismo deve desarmar, supondo-se perfeitamente seguro. Tambem D. Miguel começou por jurar a carta constitucional, tambem Costa Cabral prometeu uma constituição mais liberal do que a carta, e depois... , depois seguiram-se os dias sombrios e pungitivos das sanguinolentas lutas civis. E' que, após a reacção politica, veem sempre a reacção senhorial e plutocrata e a reacção clerical, que são as suas verdadeiras aliadas, e, todas tres reunidas, adquirem uma força tremenda. Eis o perigo que já neste momento vamos correndo.

Hoje, na Europa, ha governos republicanos, como o da Suissa ou da França, ha governos parlamentares, como o da Ingla-

terra, sempre justamente citado para modelo, que é como o duma republica presidida por um chefe coroado, ha governos representativos, como o d'Allemanha, onde o poder legislativo é de livre eleição, mas o poder executivo é de nomeação do imperante, ha governos em que o chefe do estado intervem tambem no legislativo, e ha finalmente governos pessoas absolutos, como o da Russia, essa desgraçada nação, a cujas tragedias externas e internas todos assistimos assombrados de dôr.

Pois o governo portugûes, muito mais fraco, é claro, do que o governo russo, porque tem apenas a força que lhe provém da desorganização dos liberaes, e que, se persegue só á pranchada da policia os manifestantes pacificos, como hontem á noite, nesta cidade, e não os espingardeia pela tropa, como em S. Petersburgo, é unicamente porque lhe não secundaria as violencias o nosso exercito, que não é nenhum corpo de malfeitores armados á custa da nação, que sabe muito bem que o seu dever, o seu glorioso dever é dar a vida pela patria, e que não ha dever de obediencia e disciplina que possa com-

pele-lo a atentar contra a vida dos seus concidadãos para defender e salvar a tirania; o governo portuguez, que não é menos despotico do que o governo russo, porque, se lá se deportam para a Siberia, sem culpa formada, os revoltosos, cá deportam-se para Timor; o governo portuguez, que é mesmo mais despotico do que o governo russo, porque, ao passo que lá o despotismo, descarregando os seus golpes sobre os *zemvstos*, suspendia a sua sanha perante o de Moscow, aqui não duvidou dissolver quantos municipios quiz, inclusivamente o da propria Lisboa; o governo portuguez está ainda abaixo do governo russo. Para achar algum que lhe seja comparavel, é preciso sair da Europa e ir até á Africa, onde ha os governos das companhias, e lá ainda ao menos sob a garantia duma fiscalização superior, emquanto que entre nós ellas reinam discrecionariamente. E, peor ainda, vamos sendo governados tambem pelo clericalismo, que, no seu atrevimento, já pretende erguer no coração da capital, opor, na grande avenida, ao monumento dos restauradores, que é o monumento da independencia, o monumento da escraviza-

ção, porque o é do fanatismo, já mesmo o inaugurou com a assistencia e aplauso dos nossos dirigentes.

Que nos cumpre fazer? Renovar a obra dos nossos constituintes e liberaes, interrompida, suspensa, pela terceira vez pela reacção. Com Joaquim Antonio de Aguiar e com Silva Carvalho combatamos a teocracia, as suas congregações opressivas e as suas odientas perseguições religiosas. Com Mousinho da Silveira e os seus continuadores, combatamos todas as servidões do trabalhador, combatamo-las desde a granja e officina até ao estado, onde o regimen, dia a dia, multiplica os monopolios, que são outros tantos tentaculos com que elle dessangra e esgota, quasi até á inanição, a economia nacional. Com Passos Manoel, José Estevam e Sampaio, combatamos as oligarchias politicas, reclamando a liberdade do pensamento, tanto na tribuna como na imprensa, e, para isso, antes de mais nada, a immediata derogação da lei de 13 de fevereiro de 1896; reclamando a liberdade de reunião e a liberdade de associação, sem as quaes a nação mal pode preparar-se para o livre governo da grande associação,

o estado; reclamando a liberdade corporativa, a descentralização local, tanto das divisões administrativas da metropole como das provincias ultramarinas; e reclamando enfim todas as liberdades constitucionaes, todas, porque, se os nossos constituintes e antigos liberaes contavam com o apoio da monarchia para a realização das suas reformas, nós, a nação, passado já quasi um seculo depois de 1820, é que não podemos contar com isso.

Implantemos no nosso torrão natal a liberdade religiosa, a liberdade economica e a liberdade politica, para com ellas assegurarmos a ordem á nação, porque a ordem só se estabelece firmemente pelo respeito de todos os direitos do homem e do cidadão, para, com ellas, não só evitarmos novas guerras fratricidas, mas estreitarmos intimamente os nossos laços de solidariedade, fazendo com que nos amemos mais, com que trabalhemos melhor, com que sejamos mais instruidos e rectos, e, fraternalmente unidos, protejamos por todos os meios os pobres, os desvalidos, os fracos, a mulher, a criança e os velhos, e levemos ainda a nossa civilizadora e benefica influencia até

aos povos longinquos, cuja guarda e direcção nos foi confiada pelos nossos heroicos antepassados.

E, reassumida assim a nossa antiga missão na historia, o nome portuguez, hoje tão amesquinhado, voltará a ser por toda a parte honrado e bemdito.

O descanso semanal

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES ! *

Nenhuma causa mais justa do que o descanso semanal. Defendendo-o, as classes laboriosas defendem a sua vida, e não só a sua vida physica, mas tambem a sua vida espiritual e sobretudo a sua vida moral.

E todas as outras classes lhes devem prestar o seu apoio nesta campanha, porque os membros dellas, por mais ricos e poderosos que hoje sejam, quem lhes diz que os seus descendentes a breve prazo não necessitarão tambem inteiramente do trabalho e portanto do descanso para viver ?

É, por isso, por ser o descanso semanal um principio de justiça e de interesse geral,

* Conferencia no Teatro de Santarem, na noite de 17 de julho de 1905, segundo *O Mundo*.

que ha muito o tenho inscripto entre as reivindicações liberaes do meu programma. Por elle propugnei especialmente numa conferencia que ha dois annos fiz na Figueira da Foz e ainda ha dias noutra na Povoia de Varzim, e venho novamente agora aqui sustentá-lo nesta conferencia que me é muito grato fazer, correspondendo ao amavel convite que me dirigiram os empregados de commercio desta cidade.

O nosso tempo distingue-se de todos principalmente pelo seu humanismo. Nunca como durante o seculo XIX o homem foi tão humano para com todos, até mesmo para com os criminosos.

Entre nós, a constituição de 1826 aboliu as torturas, o acto adicional de 1851 aboliu a pena de morte nos crimes politicos, e a lei de 1 de julho de 1867 estendeu essa abolição a todos os crimes communs. E' certo que mais tarde um vento de despotismo, que ainda não passou, restabeleceu a pena de morte nos crimes militares, e depois, sob o governo do engrandecimento do poder real, foi até restabelecê-la mesmo em certos delitos civis, equiparando-os aos delitos militares. Mas o senti-

mento nacional não sancionou estas prescripções de violencia, e até hoje não se executaram. Desapareceram, pois, as crueldades para com os individuos declarados criminosos pela lei.

Veja-se, porém, que contradicção e que anomalia tão dolorosa! As crueldades subsistem para com os cidadãos mais benemeritos, para com as classes produtoras da nação, que estão sujeitas a um trabalho insano sem pausa e sem respiro, a um trabalho torturante, que origina fatalmente a doença e a morte prematura.

Em todas as suas profissões, a vida media do operariado desce abaixo da media normal da vida humana; em algumas dellas não atinge sequer metade! E aos danos do regimen, e, quasi sempre tambem, aos danos logo da propria profissão, que agravante tão descaroadada! Ao patrão estraga-se-lhe uma machina, uma peça de mobiliario? procura repará-la. Adoece-lhe um animal domestico? trata de o melhorar. Mas quantas vezes se deteriora a saude do operario ou do caixeiro, do seu empregado, e elle o despede! Porque? Porque o empregado é um homem livre? Se trabalhou demais